

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	13
---	----

Notas Explicativas	31
--------------------	----

Comentário Sobre O Comportamento Das Projeções Empresariais	63
---	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	64
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	67
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	68
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	69
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	278.399.525
Preferenciais	278.399.525
Total	556.799.050
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	3.328.180	3.525.667	3.471.254
1.01	Ativo Circulante	76.777	378.919	415.659
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.342	317.994	338.844
1.01.03	Contas a Receber	22.969	43.387	44.908
1.01.03.01	Clientes	22.969	43.387	44.908
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.091	12.456	17.381
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	11.091	12.456	17.381
1.01.06.01.01	Tributos a Recuperar	3.084	11.901	5.639
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social	8.007	555	11.742
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.305	4.568	7.571
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.070	514	6.955
1.02	Ativo Não Circulante	3.251.403	3.146.748	3.055.595
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	203.279	198.320	192.041
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	13.369	16.074	41.513
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	13.369	16.074	41.513
1.02.01.04	Contas a Receber	2.088	910	1.663
1.02.01.07	Tributos Diferidos	131.302	141.201	148.837
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	782	1.013	28
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	55.738	39.122	0
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	55.738	39.122	0
1.02.03	Imobilizado	4.451	5.682	7.134
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	4.451	5.682	7.134
1.02.04	Intangível	3.043.673	2.942.746	2.856.420
1.02.04.01	Intangíveis	3.043.673	2.942.746	2.856.420
1.02.04.01.02	Intangível - Infraestrutura	3.004.523	2.778.477	2.856.420
1.02.04.01.03	Ativo de Contrato	39.150	164.269	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	3.328.180	3.525.667	3.471.254
2.01	Passivo Circulante	405.667	391.484	450.336
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	9.308	9.058	8.867
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	-98	1.283
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	9.308	9.156	7.584
2.01.02	Fornecedores	279.050	112.268	143.793
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	279.050	112.268	143.793
2.01.02.01.01	Fornecedores	278.924	112.109	143.158
2.01.02.01.02	Fornecedores - partes relacionadas	126	159	635
2.01.03	Obrigações Fiscais	15.317	8.278	17.412
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.878	3.448	14.109
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	5.615	0	0
2.01.03.01.02	Demais Impostos Federais	5.263	3.448	14.109
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4.439	4.830	3.303
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	70.947	248.763	260.546
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	50.182	93.383	94.237
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	50.182	93.383	94.237
2.01.04.02	Debêntures	20.765	155.380	166.309
2.01.05	Outras Obrigações	31.045	13.117	19.718
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	4.309	4.059
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	0	4.309	4.059
2.01.05.02	Outros	31.045	8.808	15.659
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	7.245	0	0
2.01.05.02.04	Direito de Outorga da Concessão	970	905	915
2.01.05.02.05	Arrendamento Mercantil Operacional	10.479	0	0
2.01.05.02.08	Outros passivos	12.351	7.903	14.744
2.02	Passivo Não Circulante	2.054.890	2.289.658	2.190.311
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.910.089	1.685.769	1.763.589
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	249.574	328.861

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2019	Penúltimo Exercício 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 31/12/2017
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	249.574	328.861
2.02.01.02	Debêntures	1.910.089	1.436.195	1.434.728
2.02.02	Outras Obrigações	95.709	566.487	396.327
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	399.334	383.230
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	0	399.334	383.230
2.02.02.02	Outros	95.709	167.153	13.097
2.02.02.02.03	Fornecedores	23.231	107.146	13.097
2.02.02.02.04	Antecipação de Direitos a Faturar	60.000	60.000	0
2.02.02.02.05	Arrendamento Mercantil Operacional	12.086	0	0
2.02.02.02.06	Outros passivos	392	7	0
2.02.04	Provisões	49.092	37.402	30.395
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.946	6.073	735
2.02.04.02	Outras Provisões	32.146	31.329	29.660
2.02.04.02.04	Provisão de conserva especial	32.146	31.329	29.660
2.03	Patrimônio Líquido	867.623	844.525	830.607
2.03.01	Capital Social Realizado	556.799	556.799	556.799
2.03.02	Reservas de Capital	195.988	195.988	195.988
2.03.04	Reservas de Lucros	114.836	91.738	77.820
2.03.04.01	Reserva Legal	1.525	696	2.774
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	113.311	91.042	75.046

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	909.150	869.631	859.283
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-531.900	-525.532	-470.889
3.03	Resultado Bruto	377.250	344.099	388.394
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-31.245	-27.465	-54.548
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-31.245	-27.465	-54.548
3.04.02.01	Gerais e administrativas	-36.053	-27.686	-23.036
3.04.02.02	Honorários dos administradores	0	0	-2.938
3.04.02.03	Outras receitas líquidas	4.808	221	-28.574
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	346.005	316.634	333.846
3.06	Resultado Financeiro	-299.902	-295.227	-250.224
3.06.01	Receitas Financeiras	26.662	28.493	33.229
3.06.02	Despesas Financeiras	-326.564	-323.720	-283.453
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	46.103	21.407	83.622
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-15.598	-7.489	-28.152
3.08.01	Corrente	-5.615	147	-11.146
3.08.02	Diferido	-9.983	-7.636	-17.006
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	30.505	13.918	55.470
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	30.505	13.918	55.470
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,02739	0,01250	0,04981
3.99.01.02	PN	0,02739	0,01250	0,04981

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	30.505	13.918	55.470
4.03	Resultado Abrangente do Período	30.505	13.918	55.470

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-222.843	307.220	292.944
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	558.769	506.786	526.092
6.01.01.01	Lucro do exercício antes do IR e CS	46.103	21.407	83.622
6.01.01.02	Depreciação e amortização	175.112	161.897	115.817
6.01.01.03	Provisão de conserva especial	37.181	32.458	24.394
6.01.01.04	Juros e variações monetárias, líquidas	298.741	294.757	273.010
6.01.01.05	Margem de construção - ICPC01	-2.452	-2.483	-2.459
6.01.01.06	Perda na baixa de imobilizado e intangível	554	169	31.587
6.01.01.07	Provisão para contingências	10.873	5.338	121
6.01.01.08	Receita diferida	-7.343	-6.757	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.032	34.958	21.489
6.01.02.01	Contas a receber	18.795	600	-3.825
6.01.02.02	Tributos a recuperar	2.028	9.089	-10.283
6.01.02.03	Partes relacionadas	445	296	-164
6.01.02.04	Despesas antecipadas	1.494	2.018	-4.955
6.01.02.05	Outros ativos	-556	6.156	6.299
6.01.02.06	Fornecedores	13.882	29.326	18.016
6.01.02.07	Salários e encargos sociais	250	191	408
6.01.02.08	Tributos a pagar	6.241	-6.346	6.727
6.01.02.10	Depósitos judiciais	-16.616	-37.459	0
6.01.02.11	Provisão para conserva especial	-32.754	-28.344	8.839
6.01.02.12	Fornecedores - partes relacionadas	-33	-476	427
6.01.02.13	Contas a pagar	11.856	59.907	0
6.01.03	Outros	-786.644	-234.524	-254.637
6.01.03.01	Juros pagos de empréstimos, debêntures e mútuo	-282.210	-205.671	-199.782
6.01.03.02	Correção monetária pagas de emprést e debêntures	-499.728	-26.219	-48.951
6.01.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-4.706	-2.634	-5.904
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-197.672	-178.946	-157.866
6.02.01	Aplicações financeiras	7.479	31.837	-36.877

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado	-1.610	-1.329	-1.597
6.02.03	Adições ao intangível	-203.541	-209.454	-119.392
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	140.863	-149.124	-133.633
6.03.01	Pagamento de principal de empréstimos e debêntures	-1.062.761	-129.681	-123.633
6.03.02	Pagamento de dividendos	0	0	-10.000
6.03.03	Pagamento de custos de transação	-396.591	-19.443	0
6.03.04	Pagamento de arrendamento operacional	-8.699	0	0
6.03.05	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	1.608.914	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-279.652	-20.850	1.445
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	317.994	338.844	337.399
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.342	317.994	338.844

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	91.738	0	0	844.525
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	-162	0	0	-162
5.02.01	Ajuste IFRS 16	0	0	-162	0	0	-162
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	91.576	0	0	844.363
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	30.505	0	30.505
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	30.505	0	30.505
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	23.260	-30.505	0	-7.245
5.06.04	Reserva legal	0	0	1.525	-1.525	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucro	0	0	21.735	-21.735	0	0
5.06.06	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	0	-7.245	0	-7.245
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	114.836	0	0	867.623

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.918	0	13.918
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.918	0	13.918
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13.918	-13.918	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	696	-696	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	9.917	-9.917	0	0
5.06.06	Dividendos mínimo obrigatório	0	0	3.305	-3.305	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	91.738	0	0	844.525

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	556.799	195.988	22.350	0	0	775.137
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	55.470	0	55.470
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	55.470	0	55.470
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	55.470	-55.470	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	2.774	-2.774	0	0
5.06.05	Reserva de retenção de lucros	0	0	39.522	-39.522	0	0
5.06.06	Dividendos mínimo obrigatório	0	0	13.174	-13.174	0	0
5.07	Saldos Finais	556.799	195.988	77.820	0	0	830.607

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Penúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Antepenúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	970.833	928.501	918.203
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-349.512	-347.565	-337.742
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-349.512	-347.565	-337.742
7.03	Valor Adicionado Bruto	621.321	580.936	580.461
7.04	Retenções	-175.112	-161.897	-115.817
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-175.112	-161.897	-115.817
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	446.209	419.039	464.644
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.470	28.714	1.717
7.06.02	Receitas Financeiras	26.662	28.493	33.229
7.06.03	Outros	4.808	221	-31.512
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	477.679	447.753	466.361
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	477.679	447.753	466.361
7.08.01	Pessoal	35.928	35.174	32.466
7.08.01.01	Remuneração Direta	29.283	28.234	24.860
7.08.01.02	Benefícios	4.837	5.191	6.200
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.808	1.749	1.406
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	84.691	73.613	90.980
7.08.02.01	Federais	48.348	39.380	57.320
7.08.02.02	Estaduais	135	161	104
7.08.02.03	Municipais	36.208	34.072	33.556
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	326.555	325.048	287.445
7.08.03.01	Juros	325.203	322.239	283.453
7.08.03.02	Aluguéis	802	2.627	3.888
7.08.03.03	Outras	550	182	104
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	30.505	13.918	55.470
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	30.505	13.918	55.470

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Itatiba, 30 de março de 2020 - É com grande satisfação que a Concessionária Rota das Bandeiras S.A. ("Companhia") submete para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes.

1. Apresentação

Histórico

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. é controlada diretamente pelo *SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia* e pelo *OTP CRB Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia*, conforme organograma abaixo:



A Companhia passou a operar em 02 de abril de 2009, após a celebração do Termo de Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009, ocorrida junto ao Estado de São Paulo, por intermédio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP) para a exploração da malha rodoviária estadual do Corredor Dom Pedro I.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Características do Projeto

O Corredor Dom Pedro I é formado pelas rodovias Dom Pedro I (SP-065), Professor Zeferino Vaz (SP-332), Engenheiro Constâncio Cintra (SP-360), Romildo Prado (SP-063), José Roberto Magalhães Teixeira (SP-083), Acesso Valinhos (SPA-122/065), Acesso Jundiaí (SPA-067/360), Acesso Barão Geraldo (SPA-114/332), prolongamento da SP-083 (Anel Sul de Campinas), via perimetral de Itatiba e SPI-084/066, além de outros segmentos de rodovias transversais, correspondendo a, aproximadamente, 297 quilômetros e 1,5% da malha rodoviária concedida à iniciativa privada no País, conforme dados da Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias (ABCR).

O Corredor Dom Pedro I integra 17 municípios, atingindo mais de 2,7 milhões de habitantes, e possui interseção com as principais rodovias do Estado de São Paulo, como Presidente Dutra, Carvalho Pinto, Fernão Dias, Anhanguera e Bandeirantes, além de conectar importantes centros como a Região Metropolitana de Campinas (RMC), Jundiaí e o Vale do Paraíba, que apresentam grande desenvolvimento econômico e possuem fortes oportunidades de investimentos.

Características da Região

A RMC apresenta PIB per capita crescente e, aproximadamente 2,3 vezes superior ao do Brasil, além de apresentar uma economia dinâmica e diversificada com forte presença de indústrias de ponta.

Além disso, os municípios no entorno do Corredor Dom Pedro I apresentam diversos incentivos fiscais a fim de atrair investimentos. Os municípios de Itatiba e Atibaia, por exemplo, oferecem isenção de IPTU, taxas municipais e taxa de licença de funcionamento às empresas que se instalarem ou ampliarem suas instalações nestas cidades.

Um forte atrativo de desenvolvimento para a região é o Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas. No quarto trimestre de 2019, o aeroporto de Viracopos transportou 57,1 mil toneladas de cargas e movimentou 2,7 milhões de passageiros.

Operação

A Concessionária Rota das Bandeiras atende seus usuários através de 6 Postos de Serviço de Atendimento ao Usuário, 2 Bases Operacionais e 91 câmeras de monitoramento. A Companhia possui 64 profissionais de resgate, 82 operadores de tráfego e 13 operadores no Centro de Controle Operacional (CCO), além de diversos tipos

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

de veículos e equipamentos de apoio. Desta forma, foi possível realizar com agilidade e excelência, em média, 253 atendimentos por dia no ano de 2019.

2. Sumário Executivo

Cenário Macroeconômico¹

O mercado brasileiro de dívida corporativa tem registrado transformações relevantes nos últimos anos. A política de governo de rever o modelo de atuação do BNDES e a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP), associadas à redução gradativa da taxa Selic, têm alterado a dinâmica de captação de médio e longo prazo das empresas não financeiras. Nessa nova dinâmica, o mercado de capitais tem ganhado importância como fonte de financiamento para as empresas não financeiras, de modo que os recursos sejam utilizados para capital de giro, investimento em infraestrutura e refinanciamento de passivo. Para os próximos períodos, a expectativa é de manutenção do crescimento do mercado de capitais alinhado ao ritmo da retomada do crescimento econômico, impulsionado pelos planos de concessões e privatizações do governo.

O IPCA de dezembro apresentou variação mensal de 1,15%, com forte influência de choques de oferta, impactado pelos preços de alimentação e combustíveis. Dessa forma, a inflação fechou com alta de 4,31% em 2019, um pouco acima da meta de 4,25% estabelecida pelo CMN (Conselho Monetário Nacional).

Reflexo na Companhia

Sessenta por cento da Receita de Pedágio da Companhia é atrelada aos veículos pesados. No ano de 2019 continua valendo a suspensão do pagamento de eixo suspenso que foi decretada a partir do dia 31 de maio de 2018. Com isso, o tráfego em VEQ (Veículos Equivalentes) de veículos pesados de 2019, em relação ao ano de 2018, apresentou aumento de 2,6%, já o tráfego de veículos leves ficou 4,4% acima, resultando em um crescimento de 3,3% no tráfego total do ano de 2019 comparado ao ano de 2018.

A margem EBITDA Ajustado² apresentou aumento de 2,3 p.p. quando comparado a 2018 (de 82,3% para 84,6%).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia alcançou um Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) de 1,66x, superior ao limite mínimo exigido de 1,20x. Este

¹ Fonte: Banco Central do Brasil (outubro/2019) e Santander (janeiro/2020).

² EBITDA Ajustado de acordo com quadro "Composição do EBITDA" abaixo.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

resultado demonstra a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações mesmo com a suspensão da cobrança do eixo suspenso.

3. Destaques

- Receita Bruta de Pedágio: Crescimento de 7,2% em 2019 comparado a 2018;
- EBITDA Ajustado: Aumento de 9,4% em 2019 vs 2018, apresentando um valor de R\$ 561.911 mil;
- Financeiro: Em 15 de novembro de 2019 foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em cinco séries, no valor total de R\$ 2.167.482 mil;
- Pesquisa CNT de Rodovias: Rodovia Dom Pedro I (SP-065) eleita a melhor ligação rodoviária do país pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em 2019.

4. Desempenho Econômico Financeiro

As informações a serem apresentadas estão expressas em milhares de reais (ou em unidades específicas, quando destacadas) e as devidas comparações são referentes aos anos 2019 e 2018.

Tráfego

Tráfego	milhares					
Categoria	4T19	4T18	Var. %	2019	2018	Var. %
Pesado	13.523	12.820	5,5%	51.797	50.501	2,6%
%Veic. Eq. Totais	57,3%	57,0%	0,3 p.p.	57,9%	58,3%	(0,4 p.p.)
Leve	10.075	9.685	4,0%	37.705	36.127	4,4%
%Veic. Eq. Totais	42,7%	43,0%	(0,3 p.p.)	42,1%	41,7%	0,4 p.p.
Total Veq.¹	23.598	22.505	4,9%	89.502	86.628	3,3%
Tarifa média ²	8,12	7,75	4,8%	7,93	7,64	3,8%

¹ Veículos equivalentes ("VEQ") é uma unidade de medida de volume de tráfego pedagiado (número de veículos multiplicado pelo número de eixos pagantes);

² A tarifa média é calculada pelo total de Receita de Pedágio dividido pelo total de VEQ.

No ano de 2019, o tráfego pedagiado alcançou um total de 89.502 mil em VEQ, apresentando aumento de 3,3% ante ao exercício anterior.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Receita Bruta

Descrição	Em milhares de reais					
	4T19	4T18	Var. %	2019	2018	Var. %
Receita bruta de serviços	271.375	292.186	(7,1%)	970.833	928.501	4,6%
Receitas de pedágio	191.724	174.439	9,9%	709.845	662.026	7,2%
% Receita Totais	75,2%	63,0%	12,3 p.p.	78,1%	76,1%	2,0 p.p.
Receitas acessórias e outras	3.893	3.696	5,3%	15.769	20.864	(24,4%)
% Receita Totais	1,5%	1,3%	0,2 p.p.	1,7%	2,4%	(0,7 p.p.)
Receita de construção	75.758	114.051	(33,6%)	245.219	245.611	(0,2%)
% Receita Totais	29,7%	41,2%	(11,5 p.p.)	27,0%	28,2%	(1,3 p.p.)
Impostos e contribuições sobre serviço	(16.569)	(15.245)	8,7%	(61.683)	(58.870)	4,8%
% Receita Totais	(6,5%)	(5,5%)	(1,0 p.p.)	(6,8%)	(6,8%)	(0,0 p.p.)
Receita Líquida de serviços	254.806	276.941	(8,0%)	909.150	869.631	4,5%

A **Receita Bruta Operacional** da Companhia totalizou R\$ 725.614 mil, apresentando um crescimento de 6,3% em 2019 em relação ao ano anterior, influenciado pelo aumento das Receitas de Pedágio.

As **Receitas de Pedágio** totalizaram R\$ 709.845 mil em 2019, o que representou um aumento de 7,2% se comparadas ao ano anterior.

As **Receitas Acessórias** foram de R\$ 15.769 mil em 2019, apresentando uma variação de -24,4% em relação ao ano anterior, resultado dos recebimentos pontuais de receitas em 2018 por Uso da Faixa de Domínio, Passagem de Cargas Especiais, Utilização de Acessos, entre outros.

Custos e Despesas

Os Custos e Despesas Totais são compostos pelos Custos dos Serviços Prestados, Provisão de Conserva Especial, Custos de Construção, Depreciação/Amortização, Despesas Gerais e Administrativas e pela Provisão de Contingência. Seguem abaixo os resultados do 4T19 e do ano de 2019:

Descrição	Em milhares de reais					
	4T19	4T18	Var. %	2019	2018	Var. %
Custos	(154.648)	(179.343)	(13,8%)	(531.900)	(525.532)	1,2%
Custos dos Serviços Prestados	(18.634)	(25.009)	(25,5%)	(77.023)	(88.194)	(12,7%)
Provisão de Conserva Especial	(14.734)	(6.365)	131,5%	(37.181)	(32.458)	14,6%
Custos de Construção	(75.001)	(112.883)	(33,6%)	(242.768)	(243.128)	(0,1%)
Depreciação/Amortização	(46.279)	(35.086)	31,9%	(174.928)	(161.752)	8,1%
Despesas	(15.687)	(6.675)	135,0%	(36.053)	(27.686)	30,2%
Despesas gerais e administrativas	(6.443)	(5.914)	8,9%	(25.183)	(22.348)	12,7%
Provisão de Contingências	(9.244)	(760)	1.115,9%	(10.871)	(5.338)	103,7%
Total	(170.335)	(186.017)	(8,4%)	(567.953)	(553.217)	2,7%

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Os **Custos dos Serviços Prestados** totalizaram R\$ 77.023 mil em 2019. A variação de custos apresentou uma redução de 12,7% em relação ao ano anterior. Esta variação ocorre principalmente em função do IFRS 16/CPC 06 (R2) que trata sobre a contabilização de arrendamento mercantil conforme apresentado na nota explicativa nº 2.

As **Despesas gerais e administrativas** de 2019 resultaram em R\$ 25.183 mil, 12,7% acima que o ano anterior.

A **Provisão de Conserva Especial** de 2019 fechou em R\$ 37.181 mil, com um aumento de 14,6% comparado ao ano anterior.

A **Provisão de Contingências** de 2019 resultou em R\$ 10.871 mil, referente aos processos provisionados com diagnóstico de perda provável, de acordo com a avaliação dos assessores jurídicos. No quarto trimestre de 2019 houve uma adequação das probabilidades processuais que resultou em modificação significativa dos riscos possíveis e prováveis de natureza cível.

EBITDA

O EBITDA Ajustado de 2019 apresentou resultado de R\$ 561.911 mil, registrando crescimento de 9,4% em relação ao ano anterior.

Composição do EBITDA				Em milhares de reais		
Descrição	4T19	4T18	Var. %	2019	2018	Var. %
Resultado do exercício	(3.503)	5.283	(166,3%)	30.505	13.918	119,2%
(+/-) Resultado financeiro, líquido	90.143	82.474	9,3%	299.902	295.227	1,6%
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	(1.944)	3.259	(159,6%)	15.598	7.489	108,3%
EBIT	84.696	91.016	(6,9%)	346.005	316.634	9,3%
Margem EBIT (%)	33,2%	32,9%	0,4 p.p.	38,1%	36,4%	1,6 p.p.
Depreciação e amortização	46.347	35.121	32,0%	175.112	161.897	8,2%
EBITDA	131.043	126.137	3,9%	521.117	478.531	8,9%
Margem EBITDA (%)	51,4%	45,5%	5,9 p.p.	57,3%	55,0%	2,3 p.p.
Margem de Construção ¹	(757)	(1.167)	(35,1%)	(2.452)	(2.483)	(1,2%)
Provisão Conserva Especial ²	14.734	6.365	131,5%	37.181	32.459	14,5%
Provisão para Contingência	9.244	760	1.115,9%	10.873	5.339	103,6%
Outras receitas (despesas), líquidas	(225)	(92)	144,7%	(4.808)	(221)	2.071,8%
EBITDA Ajustado	154.039	132.002	16,7%	561.911	513.625	9,4%
Margem EBITDA Ajustado (%)	86,0%	81,0%	5,0 p.p.	84,6%	82,3%	2,3 p.p.

¹ É a margem de 1% reconhecida sobre os custos relativo ao serviço de construção prestado, conforme Orientação OCPC 05.

² Provisão para manutenção ou recomposição da infraestrutura.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Descrição	Em milhares de reais					
	4T19	4T18	Var. %	2019	2018	Var. %
Receitas Financeiras	6.765	7.014	(3,6%)	26.664	28.493	(6,4%)
Despesas Financeiras	(96.908)	(89.488)	8,3%	(326.566)	(323.720)	0,9%
Resultado Financeiro Líquido	(90.143)	(82.474)	9,3%	(299.902)	(295.227)	1,6%

No ano de 2019, a Companhia apresentou um **Resultado Financeiro Líquido** negativo de R\$ 299.902 mil (1,6% ante a 2018). Esta variação ocorre principalmente em função da oscilação do IPCA, que é o principal indexador das dívidas da Companhia.

As **Receitas Financeiras** totalizaram R\$ 26.664 mil em 2019 (redução de 6,4% sobre o ano anterior), e as **Despesas Financeiras** alcançaram R\$ 326.566 (aumento de 0,9% sobre o ano anterior).

Endividamento

Descrição	Em milhares de reais		
	31 de dezembro de 2019	30 de setembro de 2019	Var. %
Dívida Bruta	1.981.036	2.249.028	-11,9%
Empréstimos e Debêntures	1.981.036	2.249.028	-11,9%
Caixa e Aplicação Financeira	(51.711)	(247.643)	-79,1%
Dívida Líquida	1.929.325	2.001.385	-3,6%

Em 20 de setembro de 2013 foi firmado, entre Concessionária ("Companhia") e a então controladora Odebrecht Transport S.A. ("OTP"), o "*Instrumento Particular de Mútuo Subordinado e Outras Avenças*" ("contrato de mútuo"). As Debêntures ODTR11, conforme definidas abaixo, foram emitidas pela OTP em 15 de outubro de 2013, nos termos do "*Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Odebrecht Transport S.A.*" ("Debêntures ODTR11"), e foram objeto de oferta pública, com esforços restritos, conforme Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009.

Nos termos do "*Instrumento Particular de Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças*", firmado em 29 de janeiro de 2019, foi realizada a cessão pela OTP, e a respectiva assunção integral pela Companhia, de todos os direitos e obrigações assumidos no âmbito da primeira emissão de debêntures da OTP, código ODTR11, para a Companhia, conforme Terceiro Aditamento da Escritura de Emissão das Debêntures ODTR11 celebrado em 27 de maio de 2019. Em contrapartida, a dívida que era oriunda do contrato de mútuo subordinado com a OTP foi integralmente quitada.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

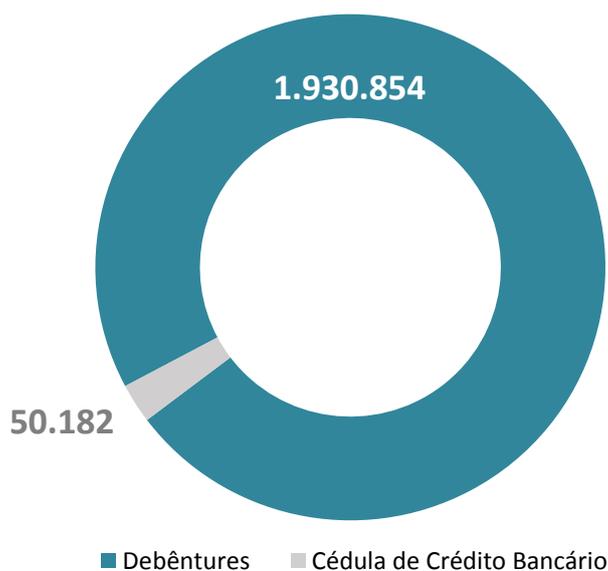
Em 15 de novembro de 2019, a Companhia realizou a sua segunda emissão, em cinco séries, de Debêntures simples, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400 de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 Debêntures, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027 para as Debêntures de Segunda Série (CBAN22), e 15 de julho de 2034 para as demais Séries (CBAN12, CBAN32, CBAN52, CBAN72).

Em 26 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a liquidação total, de maneira antecipada, das Debêntures da 1ª emissão (CBAN11 e CBAN21). Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a liquidação antecipada total do contrato de financiamento com o BNDES.

O saldo da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2019 reduziu em 3,6% se comparado a 30 de setembro de 2019.

Abaixo, composição da Dívida Bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

Composição da Dívida	Em milhares de reais			
	Descrição	31 de dezembro de 2019	30 de setembro de 2019	%
Debêntures		1.930.854	1.979.357	97,5%
BNDES		-	269.671	-
Cédula de Crédito Bancário		50.182	-	2,5%
Total		1.981.036	2.249.028	100,0%



Nota: Os recursos financeiros tomados são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, ou seja, os custos de transação são contabilizados como redução do valor do instrumento financeiro emitido.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Investimentos

Os investimentos em ampliação e manutenção realizados pela Companhia em 2019 foram de R\$ 283.752 mil, atingindo o montante de R\$ 2,6 bilhões já investido desde o início da Concessão. As principais obras realizadas no 4T19 podem ser assim resumidas:

- ✓ Implantação das marginais da Rodovia Dom Pedro I (SP-065) em Campinas com início do trecho entre os km 143,5 e km 145 e OAE no km 145;
- ✓ Conclusão nos serviços dos Alargamentos de OAE entre os km 132+040 e 133+703 da SP-065;
- ✓ Conclusão do Trevo do Galleria e Trevo Carrefour na SP-065;
- ✓ Retomada dos serviços do Trevo dos Amarais na SP-065;
- ✓ Conclusão das Marginais Secundárias do km 61+000 e km 63+000, continuidade na do km 62+500 e início nas Marginais do km 94+483 e 62+000 na SP-065;
- ✓ Início da implantação do PGF no km 55 da SP065;
- ✓ Continuidade da Duplicação da SPA067/360;
- ✓ Continuidade da Duplicação da SPA122/065;
- ✓ Retomada dos serviços na Perimetral de Itatiba (SPI 081/360);
- ✓ Continuidade da implantação do Prolongamento da Rodovia Magalhães Teixeira (SP-083), trecho Bandeirantes - Rod. Miguel Melhado Campos;
- ✓ Conclusão da última etapa da canalização do Córrego Invernada na SP-083;
- ✓ Conclusão nos serviços do Trevo Arataba, km 7+400 da SP-063;
- ✓ Início da execução da passarela do km 12+500 da SP063;
- ✓ Melhorias em interseções da malha viária, visando maior fluidez do tráfego e segurança aos usuários;
- ✓ Obras de recuperação especial de pavimento e melhorias com sinalização;
- ✓ Obras de implantação de dispositivos de segurança, tais como: barreiras de concreto, defensas metálicas, atenuadores de impacto, dentre outros.

Resultado líquido

A Companhia registrou em 31 de dezembro de 2019 um resultado líquido acumulado positivo de R\$ 30.505 mil.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

5. Informações sobre a Companhia

Indicadores Operacionais

A Companhia cumpriu todas as suas obrigações contratuais relativas aos indicadores operacionais, como Tempo de Atendimento Pré-Hospitalar, Tempo de atendimento aos serviços de Guincho, Tempo de atendimento mecânico, Tempo de Cobrança nas cabines de pedágio, entre outros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram realizados aproximadamente 94 mil atendimentos a usuários, compostos basicamente da seguinte forma:

- 57,0% de serviços de inspeção;
- 20,4% de serviços de guincho;
- 16,4% de serviços mecânicos;
- 3,3% de serviços com caminhão pipa, apreensão de animais e apoio em geral.
- 2,9% de serviços pré-hospitalares.

Gestão de Pessoas

A Companhia utiliza ferramentas fundamentais na gestão de pessoas. A formação de pessoas nos ambientes de trabalho aliado ao treinamento contínuo reforçam ainda mais a cultura empresarial da Companhia, assim como a orientação para a obtenção de resultados. Na base de tudo está a confiança nas pessoas, na sua capacidade de autodesenvolvimento e no desejo de realização profissional e pessoal. O modelo de gestão segue as melhores práticas de *Compliance* e estimula a equipe na partilha de resultados com base na contribuição de cada integrante. No período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contava com 620 integrantes em seu quadro.

Projeto Jovem Aprendiz

A Companhia, em parceria com as Instituições Suporte Técnico e Pedagógico Especializado ("SENAI") e Centro de Integração Empresa Escola ("C.I.E.E."), por meio do Projeto Jovem Aprendiz, contrata jovens com o intuito de formar e qualificar profissionais de sucesso para o mercado de trabalho. Em dezembro de 2019, a Companhia contava com 23 aprendizes em seu efetivo.

Rota da Inclusão

A Companhia iniciou em 2014 o programa Rota da Inclusão, que tem por objetivo a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. O programa é composto de várias etapas como, por exemplo, a capacitação de todos os integrantes para lidar

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

com as diferenças e particularidades de pessoas com algum tipo de deficiência, realização de palestras sobre a importância e responsabilidade social de todos no quesito de inclusão social, dentre outras. No período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contava em seu quadro com 10 pessoas com deficiência, alocadas em diversas áreas.

6. Governança Corporativa

A Companhia adota práticas de governança corporativa alinhadas às melhores práticas adotadas pelo mercado, aplicadas na condução e gestão do negócio. Alinhada com as recomendações emitidas pelos órgãos reguladores existentes, estão listadas abaixo as principais práticas adotadas.

Órgãos da Administração

A Governança Corporativa é um instrumento a serviço da estratégia de crescimento orgânico, sadio e continuado da Companhia.

Com a definição das instâncias de delegação, dos instrumentos para constantes alinhamentos e disciplina na condução da governança, há o estabelecimento e fortalecimento da confiança.

Exceto no que se refere às matérias de deliberação da acionista nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social, a Companhia é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, conforme atribuições legais e estatutárias.

O Conselho de Administração é composto de no mínimo 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros, e seus respectivos suplentes, a serem eleitos e destituídos a qualquer tempo pela Assembleia Geral, com um mandato de 2 (dois) anos, admitida a reeleição.

Todos os membros do Conselho de Administração foram investidos em seus cargos mediante a assinatura dos respectivos termos de posse, no Livro de Atas das Reuniões do Conselho de Administração, devendo permanecer no exercício do cargo até a investidura de seus sucessores.

O Presidente do Conselho de Administração é eleito dentre os seus membros, sendo que o mesmo terá o poder de indicar outro membro do Conselho para substituí-lo durante suas ausências temporárias.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

As regras de funcionamento e de reuniões do Conselho de Administração estão contidas no Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração aprovado na Reunião de Conselho da Companhia, em 19 de junho de 2013.

A Diretoria da Companhia é formada por 2 (dois) diretores, os quais foram eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, admitida a reeleição.

As atribuições que não são conferidas à Assembleia Geral ou Conselho de Administração competem aos diretores, os quais estão obrigados a prestarem informações periódicas ao Conselho de Administração sobre o cumprimento do Plano de Negócios da Companhia.

Além disso, a Companhia, por ser companhia aberta, registrada na categoria B, está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários, o que inclui a obrigação de publicação no site da Companhia e no site da CVM, anualmente, do seu Formulário de Referência, contemplando inclusive todos os contratos celebrados entre a Companhia e suas partes relacionadas.

Por fim, a Companhia possui uma Política de Divulgação de Fato Relevante em linha com a instrução da CVM, assim como comunica ao mercado todos os eventos que possam ser de interesse de seus investidores.

Auditoria das Demonstrações Financeiras

Em 02 de abril de 2015, a Companhia contratou a Grant Thornton Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria externa de suas demonstrações financeiras. Não houve neste período a prestação de quaisquer outros serviços pelos auditores independentes que não fossem os relacionados à auditoria externa, conforme menção acima.

As informações contábeis foram preparadas e são apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Conduta e Código de Ética

A Política de Compliance prevê a realização de programas de capacitação dos Integrantes da Companhia sobre os temas da Política. Quando da admissão de novos Integrantes, é realizado com cada novo Integrante o programa de capacitação a respeito

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

da Política de Compliance da Companhia. Além disso, anualmente são promovidos treinamentos com todos os Integrantes da Companhia sobre a Política de Compliance e as demais políticas internas da Companhia.

A Política de Compliance se aplica a todos os Integrantes e pode ser consultada por eles através de comunicados internos, bem como através do portal interno de comunicação da Companhia. A terceiros, a Política é aplicada por meio da atuação dos Líderes, que são responsáveis pela contratação e pelo cadastro destes. Tais Líderes devem implantar e formalizar um processo de avaliação e diligência dos terceiros de acordo com os princípios da Política de Compliance, além do treinamento de Compliance na integração dos profissionais Terceiros, que ingressam na Empresa para prestação de serviços.

O Sistema de Compliance da Companhia é composto por um canal de comunicação confidencial, administrado por uma empresa independente, a ICTS Outsourcing, por meio do qual são recebidos, tanto pelo 0800, quanto pelo website, relatos de desvios do Compromisso de Atuação, os quais são comunicados periodicamente ao Comitê de Ética. O canal de denúncia da Companhia possui mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé. Além disso, a Companhia faz com frequência divulgações e palestras que visam garantir a transparência, o compromisso, a confiabilidade e a segurança no ambiente de trabalho.

Ademais, a Companhia realiza campanhas periódicas sempre reforçando o dever de uma atuação ética, bem como disponibiliza em seu jornal interno, o "Tá na Rota", pequenas notas sobre ética em coluna denominada "Cantinho da Ética".

Transparência e Gestão

A Companhia mantém em seu *website* espaço dedicado à área de Relações com Investidores para divulgação de forma transparente das suas informações e resultados.

A Companhia divulga de forma tempestiva as informações trimestrais e anuais legalmente exigidas e utiliza práticas financeiras reconhecidas para divulgação de resultados e para a tomada de decisões.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Responsabilidade Social

Desde o início de suas atividades, a Concessionária Rota das Bandeiras tem como um de seus pilares a responsabilidade em garantir a qualidade de vida de seus usuários e das comunidades que vivem nos municípios que margeiam o trecho concedido de rodovias. Isto significa proporcionar a cada dia mais segurança e conforto para todos.

A Companhia desenvolve programas e campanhas, principalmente relacionadas à educação no trânsito e segurança viária, que atendem uniformemente todos os 17 municípios do Corredor Dom Pedro.

Seguem abaixo exemplos dos principais programas e campanhas realizadas.

Rota da Educação - Lançado no segundo semestre de 2012, o Rota da Educação é o principal instrumento da Concessionária para fomentar a discussão e aprendizado específicos sobre educação no trânsito nas escolas municipais das 17 cidades que compõem o Corredor Dom Pedro, especialmente aquelas próximas às rodovias ou que estejam inseridas em áreas urbanas mais movimentadas. O trabalho é realizado com crianças de 1º ao 5º ano, com idades entre 6 e 11 anos.

O Rota da Educação já beneficiou mais de 73 mil alunos desde o início de suas atividades.

Parada Legal - É consenso dentro da Rota das Bandeiras que investir em segurança e no conforto dos usuários das estradas do Corredor Dom Pedro é ter retorno certo. Isto porque quanto mais orientados forem os motoristas e melhores preparados forem os veículos que trafegam pelas nossas rodovias, menor será o índice de acidentes. Foi com base nesta filosofia que, em 2010, a Concessionária elaborou uma campanha sustentável, que atende uniformemente aos 17 municípios. Trata-se de um programa itinerante que tem como alvo os pedestres, motociclistas, caminhoneiros ou motoristas de passeio que utilizam cada uma de nossas cinco rodovias.

Por Cima do Risco - O modelo de passarela utilizado hoje em dia nas rodovias brasileiras é o dispositivo de segurança definitivo para evitar acidentes por atropelamento em pontos com grande fluxo de pedestres. Muitos usuários, porém, desconhecem os riscos de se atravessar uma estrada e, nesta hora, optam por correr o risco. Com base nessa preocupação, a campanha tem como grande objetivo orientar os pedestres sobre o exato perigo que correm cada vez que fazem uma travessia. Assim, além do risco reduzido a cada usuário orientado, a Concessionária ganha milhares de aliados na difusão destas informações. As ações acontecem sempre próximas a uma passarela de grande

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

movimento. Ali, uma equipe da Rota das Bandeiras aborda as pessoas que relutam em utilizar o dispositivo, mesmo ele estando a poucos metros do local da travessia.

Campanha do Agasalho - Não são apenas os assuntos relacionados às rodovias que estão no prisma da equipe da Rota das Bandeiras. A Campanha do Agasalho, realizada anualmente, passou a ser motivo de orgulho de todos os integrantes, diretos e indiretos, que vêm garantindo o sucesso dessa iniciativa. Todos os materiais arrecadados são distribuídos para a população carente das 17 cidades que integram o Corredor Dom Pedro.

Responsabilidade Ambiental

Para a Rota das Bandeiras, a administração de uma empresa com responsabilidade ambiental, deixou há tempos de ser uma tendência do mercado para se tornar um compromisso. No entanto, entendemos que não há compromisso sem atitude e, por isso, temos o orgulho de dizer que agimos, seja por meio de preservação e proteção do meio ambiente, seja na política interna com nossos Integrantes.

Todas as obras executadas pela Concessionária respeitam rigorosamente as leis ambientais e visam contribuir para a recuperação e recomposição da flora e fauna do Corredor Dom Pedro. Além de estar ciente de seu papel na preservação do meio ambiente, a Rota das Bandeiras também busca contribuir para que uma nova cultura de responsabilidade ambiental seja desenvolvida nos 17 municípios que integram o Corredor Dom Pedro. Por isso, a Concessionária desenvolve atividades voltadas à educação ambiental com crianças e adolescentes.

A Companhia também desenvolve ações voltadas para gerenciamento de resíduos, consumo de água e energia, emissão de gases de efeito estufa, preservação da fauna existente às margens do Corredor Dom Pedro e à proteção do solo e dos mananciais, em caso de acidentes envolvendo cargas perigosas.

Preservação e Recuperação da flora

Desde que iniciou suas atividades para manutenção e modernização do Corredor Dom Pedro, em 2009, a Companhia mantém um rigoroso programa reflorestamento de árvores nativas, prioritariamente em áreas de preservação permanente e formação de corredores ecológicos (conexão de fragmentos florestais), por meio do plantio compensatório nas áreas onde atua.

Por isso, em média cada árvore suprimida nas obras de modernização de nossas rodovias, plantamos 25 novas mudas. Já no caso de Áreas de Preservação Permanente (APPs), a compensação média é de uma área equivalente ao dobro daquela que foi

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

suprimida. Assim, desde abril de 2009, mais de 294 mil árvores nativas foram plantadas e mantidas até que se formem fragmentos florestais autossustentáveis.

Além dos plantios compensatórios, a Rota das Bandeiras promove atividades ambientais com crianças e adolescentes, visando à formação de cidadãos que respeitem a natureza e contribuam para a formação de um planeta "mais verde", onde são realizadas excursões de escolas públicas para as áreas de plantio compensatório com intuito de conscientizar "na prática" a nova geração.

Respeito à Fauna

A Rota das Bandeiras monitora constantemente possíveis áreas de risco para impedir o atropelamento e garantir a segurança dos usuários e também dos animais que vivem às margens do Corredor Dom Pedro.

Além disso, em todos os projetos para ampliação ou implantação de novas rodovias no Corredor Dom Pedro, a Rota das Bandeiras prevê a construção de passagens de fauna, conforme a necessidade indicada nos estudos ambientais, além dos plantios compensatórios que quando possível, são realizados corredores de fauna, ampliando o habitat e conectividade da fauna existente.

A Concessionária tem ainda parcerias com os municípios do Corredor Dom Pedro para a castração de animais domésticos, minimizando a presença desses animais às margens das rodovias.

Monitoramento de Focos de Incêndio

A maior parte do Corredor Dom Pedro está localizada em uma área com clima tropical de altitude, com invernos quentes e secos, que tornam a vegetação mais vulnerável ao risco de incêndios no período entre junho e agosto.

Por isso, a Rota das Bandeiras realiza um trabalho preventivo para minimizar o risco de incêndios, cuida com zelo da poda na faixa de domínio da Concessionária e implanta aceiros.

Além disso, a Concessionária conta com as 91 câmeras de seu Centro de Controle Operacional, um dos mais modernos do país, para o monitoramento de todo o Corredor Dom Pedro e o imediato acionamento de sua equipe, que tem caminhões-pipa à disposição, ou do Corpo de Bombeiros para o atendimento às ocorrências.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Monitoramento de Acidentes com Produtos Perigosos

Assim como no caso dos focos de incêndio, as câmeras de seu Centro de Controle Operacional são a principal ferramenta utilizada pela Rota das Bandeiras para identificar qualquer tipo de ocorrência envolvendo cargas com produtos perigosos ao longo dos 297 km de rodovias sob sua responsabilidade.

A Rota das Bandeiras também conta com os serviços, 24 horas por dia, de uma empresa especializada na contenção de cargas perigosas; promove simulados periódicos para o treinamento de suas equipes; e capacita seus inspetores de tráfego para prestar o primeiro atendimento em caso de ocorrências com esse tipo de carga.

Gerenciamento de Resíduos Sólidos

A Rota das Bandeiras recolhe, em média, 22 toneladas de resíduos por mês no Corredor Dom Pedro. Mais do que simplesmente contribuir para a manutenção da boa qualidade de nossas rodovias, este trabalho também reflete a preocupação da Concessionária com as questões ambientais.

Afinal, a Rota das Bandeiras possui um sistema de gestão ambiental, o qual contempla o gerenciamento e destinação adequada de resíduos, como por exemplo os resíduos eletrônicos, lâmpadas fluorescentes, resíduos de construção civil, varrição, entre outros.

A concessionária busca a reutilização de materiais nobres em suas obras, através de inovações tecnológicas, como o "asfalto ecológico", o qual reutiliza pneus usados como matéria-prima. A técnica já foi aplicada em trechos da SP-332, Zeferino Vaz.

Outra prática é a utilização do material fresado, oriundo da recuperação de pavimento, o qual é destinado à recuperação de vias vicinais dos municípios no entorno do Corredor Dom Pedro.

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecimentos

Aproveitamos para expressar os nossos agradecimentos aos usuários, acionistas, instituições governamentais, financiadores, prestadores de serviços e a todos os colaboradores da Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Auditores Independentes

Em atendimento às determinações da Instrução CVM 381/2003, informamos que a Grant Thornton Auditores Independentes, empresa contratada para prestar serviços de auditoria, não prestou outros serviços que não fossem os relacionados a auditoria externa. Informa, também, que adota como política de atuação junto aos auditores independentes atender as determinações legais e regulamentares que definem as restrições de serviços dos auditores independentes, de forma a evitar a existência de conflito de interesses e a preservar a independência do auditor.

Em nosso relacionamento com Auditor Independente, avaliamos sempre o conflito de interesses com outros serviços que não estão relacionados à auditoria, tomando por base o princípio da intencionalidade, ou seja, o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses.

Declaração da diretoria

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou e concordou com o Relatório da Grant Thornton Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as devidas demonstrações contábeis condensadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Itatiba, 30 de março de 2020.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), com sede em Itatiba, São Paulo, é uma sociedade por ações, de capital aberto. Foi constituída em 09 de fevereiro de 2009 e iniciou suas operações em 03 de abril de 2009, tendo como objetivo exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do Sistema Rodoviário definido por Corredor Dom Pedro I, nos termos do contrato de concessão celebrado com a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), em 02 de abril de 2009, com prazo de 30 anos.

A Companhia era parte integrante da Organização Odebrecht, sendo controlada diretamente pela Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”) e indiretamente pela Odebrecht Transport S.A. (“OTP”).

Em 27 de maio de 2019, a controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), alienou o equivalente a 85% do capital social da Companhia para SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um fundo de investimento constituído no Brasil, que é gerido pela Farallon Capital Management LLC e Mubadala Investment Company.

A transação foi devidamente aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), por meio do processo ARTESP 032.423/2019, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo no dia 18 de maio de 2019 e pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), no dia 28 de fevereiro de 2019 e pelos Conselhos de Administração da Companhia e da Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), por meio dos atos societários pertinentes, além da obtenção das anuências dos credores. Em 27 de maio de 2019, as assembleias gerais das sociedades envolvidas aprovaram todas as etapas da reorganização societária. Desta forma, para efeitos fiscais e societários, em 27 de maio de 2019, foi concluído o processo de reorganização societária envolvendo a companhia e as sociedades controladoras.

Em 19 de maio de 2010, a Companhia realizou o pedido de registro de companhia aberta para categoria “B” à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), motivada pela intenção de realizar oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, de emissão da Companhia, para distribuição pública, nos termos da Instrução CVM nº 400.

Notas Explicativas

O registro foi deferido em 30 de junho de 2010.

O pedido de registro de companhia aberta foi motivado em razão da intenção da Companhia ampliar sua imagem institucional perante os seus investidores, credores, fornecedores, acionistas, funcionários, poder concedente e o mercado em geral, acessar e se consolidar no mercado de capitais brasileiro.

A Concessionária possui seis Termos Aditivos Modificativos ("TAM") com a ARTESP, sendo: (1ª) firmado em dezembro de 2009, que altera a localização das praças de pedágio de Atibaia, Engenheiro Coelho, Igaratá, Louveira, Paulínia A e Paulínia B; (2ª) firmado em março de 2011, estabelece a aprovação da 1ª Adequação do Cronograma de Investimentos da Concessionária com o reconhecimento do desequilíbrio da equação financeira do Contrato de Concessão nº 003/ARTESP/2009; (3ª) firmado em setembro de 2014, referente à implantação do Projeto Piloto do Governo do Estado de São Paulo denominado Ponto a Ponto ("PaP") na Rodovia SP-332 no trecho entre o km 119 e km 159, além de fixar o local aonde os pórticos foram instalados, também garante o Reequilíbrio da perda de Receita ocorrida pela implantação do PaP e seus investimentos com a implantação do Projeto; (4ª) firmado em setembro de 2016, referente à implantação do PaP na Rodovia SP-360, no trecho entre o km 61+900 e km 81+220; (5ª) firmado em setembro de 2017, tem como objetivo a extensão do prazo de operação do Projeto PaP da Rodovia SP-332 entre o km 119 e km 159, para o mesmo prazo de término do contrato de concessão; (6ª) firmado em dezembro de 2018, tem como objeto a extensão do prazo do Projeto PaP da Rodovia SP-360 entre o km 61+900 e km 81+220, para a mesma vigência do contrato de concessão.

Existem discussões em curso com a ARTESP relacionadas a eventos que podem gerar novos desequilíbrios a favor ou contra a Concessionária.

Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta o Capital Circulante Líquido (CCL) negativo de R\$ 328.890 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 12.565), impactado substancialmente pela negociação junto aos seus fornecedores para ampliação dos prazos de pagamentos.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto ativos financeiros avaliados a valor justo. Assim, essas demonstrações contábeis incluem estimativas referentes à seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível, sendo a amortização dos ativos intangíveis oriundos do direito de concessão reconhecidos no resultado através da projeção de curva de demanda, e de sua respectiva recuperação pelas operações, avaliação dos instrumentos financeiros, determinação do imposto de renda diferido e outras similares que, embora reflitam a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas nas Notas nº 3.2 e 3.3.

Notas Explicativas

2.2. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são avaliados ao custo e compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista, aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

b) Aplicações financeiras

As aplicações financeiras encontram-se registrados ao valor justo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, limitados ao seu valor de realização.

c) Instrumentos financeiros

O CPC 48/(IFRS 9), estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros.

i) Classificação e mensuração

A Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado se atenderem ambas as condições a seguir:

- a) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- b) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os passivos financeiros são classificados como mensurado ao custo amortizado, exceto por: **(a)** passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, **(b)** passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem em envolvimento contínuo for aplicável, **(c)** contrato de garantia financeira, **(d)** compromissos de conceder empréstimos com taxas de juros abaixo do mercado e **(e)** a contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios a qual deve ser aplicado o CPC 15.

ii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Notas Explicativas

Passivos Financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

iii) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

iv) Impairment de ativos financeiros

Redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio do resultado, não contemplando investimentos em instrumentos patrimoniais.

v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não se utilizou de instrumentos financeiros derivativos e não realizou operações de hedge.

d) Contas a receber

As contas a receber são registradas pelos respectivos valores faturados e estão representadas substancialmente por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio, com prazo de recebimento inferior a 45 dias.

e) Despesas antecipadas

As despesas antecipadas, compostas por prêmios de seguros a apropriar, são avaliadas ao custo, líquidas das amortizações, que são reconhecidas ao resultado de acordo com o prazo de vigência do seguro.

f) Imposto de renda e contribuição social e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social (Nota nº 9).

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

g) Demais ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

h) Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, deduzido das despesas de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável, este último quando aplicável. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 12, limitadas, quando aplicável, ao prazo de concessão.

Os gastos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

i) Ativos intangíveis

i) Infraestrutura

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados conforme Interpretação Técnica ICPC 01, item 17, mediante o qual são estimados o valor justo de construção e outros custos incorridos na infraestrutura.

O reconhecimento do valor justo dos ativos intangíveis decorrentes de contratos de concessão está sujeito a pressupostos e estimativas, bem como a utilização de diferentes premissas que possam afetar os saldos registrados.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de demanda estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

ii) Software

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, de acordo com as taxas anuais mencionadas na (Nota nº 13 (a)).

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa incorridas do período.

iii) Direito de outorga

Os gastos para exploração e desenvolvimento da concessão (direito de outorga) são capitalizados e amortizados pela curva de demanda.

O direito de explorar a concessão foi reconhecido na rubrica "Direito de Outorga da Concessão", no ativo intangível (Nota 13 (a)). As respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante.

Notas Explicativas

O direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda utilizada como base nas projeções da Companhia durante o prazo de concessão.

j) Provisões

i) Provisão para manutenção

A Companhia reconheceu uma provisão para conserva especial, decorrente dos gastos que serão incorridos com a manutenção do pavimento, para cumprir com as obrigações contratuais preestabelecidas no contrato de concessão. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos para os próximos cinco anos, descontados a valor presente a uma taxa de 5,94% e de 6,5% para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente, com base na projeção de CDI.

A Companhia reconhece também uma provisão para recuperar a infraestrutura em condição normal de operação antes de devolvê-la ao poder concedente. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para os dois últimos anos do período de concessão e apropriados pelo prazo final da respectiva concessão.

ii) Provisão para ações judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança (Nota nº 18).

k) Fornecedores

As contas a pagar são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente de cada fornecedor, inclusive quando são partes relacionadas (Nota nº 14).

l) Credor pela aquisição da concessão

Nessa rubrica é registrada a provisão mensal do ônus variável da concessão, referente aos serviços de regulação e fiscalização realizados pela ARTESP. Esse valor corresponde à alíquota de 1,5% sobre a receita bruta, sendo liquidado mensalmente.

m) Empréstimos e debêntures

Os recursos financeiros tomados através de empréstimos e emissão de debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os recursos financeiros tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), com base na taxa efetiva.

Notas Explicativas

n) Demais passivos circulantes

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes das operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando há efeito relevante.

o) Receitas de contratos com clientes

i) Receita de serviço

A Companhia adota o CPC 47 (IFRS15), o qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Companhia reconhece a receita quando: **i)** identifica os contratos com os clientes; **ii)** identifica as diferentes obrigações do contrato; **iii)** determina o preço da transação; **iv)** aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e **v)** satisfaz todas as obrigações de desempenho.

As receitas provenientes de pedágios e receitas acessórias são reconhecidas pelo regime de competência, com base na utilização da rodovia pelos clientes e corresponde ao valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

ii) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47/ICPC 01 e OCP 05, à medida que todas as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo de contrato, onde a Companhia estima que o valor justo da contraprestação recebida ou a receber em virtude dos serviços prestados ou melhorias, seja equivalente aos custos de construção mais a incorporação da margem de lucro de 1%.

Receita de construção		Custo de construção		Margem de lucro	
2019	2018	2019	2018	2019	2018
245.219	245.611	(242.767)	(243.128)	2.452	2.483

p) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia mantém convênio de adesão com a Vexty Previdência (anteriormente denominada Odebrecht Previdência), entidade fechada de previdência privada.

A Vexty Previdência proporciona aos seus participantes um plano de contribuição definida, onde é aberto um fundo individual de poupança para aposentadoria, no qual são acumuladas e administradas as contribuições mensais e as esporádicas dos participantes e as contribuições mensais e anuais das patrocinadoras.

No que se refere ao pagamento dos benefícios estabelecidos para o referido plano, as obrigações da Vexty Previdência estão limitadas ao valor total das quotas dos participantes e, em cumprimento ao regulamento do plano de contribuição definida, não poderá exigir nenhuma obrigação nem responsabilidade por parte das companhias patrocinadoras para garantir níveis mínimos de benefício aos participantes que venham a se aposentar. As contribuições da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 foram de R\$ 644 e R\$ 555, respectivamente.

Notas Explicativas

Por se tratar de um plano de contribuição definida cujo risco de recebimento dos benefícios é de total responsabilidade dos participantes, a Administração avaliou como não aplicável ao plano Vexty Previdência o tratamento como plano de benefício definido, conforme CPC 33 – Benefícios a empregados.

q) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui provisão no montante de R\$ 4.950 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 5.053).

r) Ajuste a valor presente (AVP)

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.3. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

O *International Accounting Standards Board (IASB)* publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, aprovados pelo CPC:

- **IFRS 16/CPC 06 (R2):** estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

A estimativa dos efeitos antes apresentada foi apurada considerando as isenções dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor e a abordagem simplificada de reconhecimento dos efeitos cumulativos em prejuízos acumulados, estabelecidas nos Itens 6 a 8, C10(c)(i), C5(b), C6 e C7 do CPC 06 (R2)/IFRS 16, determinando o ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento correspondente, contidos nos contratos de arrendamentos operacionais elegíveis pela Companhia para aplicação da referida norma contábil (terrenos, veículos, máquinas, equipamentos e outros), na qualidade de arrendatária, já que ela não possui contratos de arrendamento como arrendadora nem contratos de arrendamento financeiro como arrendatária.

Para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06/IAS 17).

Na elaboração das demonstrações contábeis, estão efetuadas todas as divulgações exigidas pelo IFRS16/CPC 06 (R2), conforme notas explicativas nº 13 e nº 16.

Notas Explicativas

- **IFRIC 23/ICPC 22:** esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos dos tributos sobre o lucro.

A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do IAS 12 / CPC 32 – Imposto de Renda e não se aplica a tributos fora do âmbito do IAS 12, nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Como aplicar a legislação tributária a transações ou circunstâncias específicas;
- Ou se as autoridades tributárias aceitarão determinado tratamento tributário adotado pela entidade. Se a entidade concluir que não é provável que um tratamento tributário específico seja aceito, a entidade deve usar estimativas (valor mais provável ou valor esperado) para determinar o tratamento tributário (lucro tributável, bases tributárias, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não usados) taxas de imposto e assim por diante. A decisão deve basear-se em qual método fornece melhores previsões da resolução da incerteza.

A administração da Companhia concluiu que a aplicação dessa interpretação não trouxe impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que os principais processos judiciais de imposto de renda e de contribuição social, conforme divulgados na Nota nº 18, são considerados pela administração da Companhia, com suporte dos seus consultores jurídicos, como mais “provável que não” de sustentação nas esferas judiciais.

Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As novas normas e interpretações ou alterações de normas emitidas que ainda não entraram em vigor, estão descritas a seguir:

- **CPC 00 (R2):** A segunda revisão do CPC 00, traz novos conceitos sobre a apresentação, mensuração e divulgação, além de atualizar a definição de ativos e passivos e bem como os critérios de reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos nas demonstrações financeiras.
- **Alterações na IAS 1 e IAS 8:** Altera a definição de “material” de forma a estabelecer que uma informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários primários das demonstrações contábeis. As alterações são aplicáveis prospectivamente para períodos anuais iniciados em após 1º de janeiro de 2020, sendo permitida a adoção antecipada.

2.4. Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por lote de mil ações utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.5. Reapresentação de saldos de períodos anteriores modificados

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração da Companhia realizou operações a luz do IFRS 15/CPC 47 e ICPC 01(R1) item 19 e concluiu que o saldo de obras em andamento do contrato de concessão rodoviária firmado com a ARTESP, deve ser reclassificado e apresentado como ativo de contrato, uma vez que o direito de exploração deste ativo está condicionada ao cumprimento de obrigações contratuais de desempenho, conforme cronograma de implantação da infraestrutura.

Notas Explicativas

Desta forma, os valores correspondentes relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto pelos pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (aprovada pela NBC TG 23 (R-1), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade) e CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis (aprovada pela NBC TG 26 (R-3), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade), conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil em atendimento às práticas contábeis, conforme demonstrado a seguir:

	Impactos		
	Originalmente apresentado	Reclassificação	Reapresentado
Intangível	2.942.746	(164.269)	2.778.477
Ativo de contrato	-	164.269	164.269
	2.942.746	-	2.942.746

3. Gestão de risco financeiro

a) Considerações gerais

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar aos fornecedores, empréstimos e arrendamento mercantil, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações.

b) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta a riscos de liquidez, em virtude da possibilidade de não ter caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais, a riscos de mercado, decorrentes de variações de taxas de juros e ao risco de crédito, decorrente da possibilidade de inadimplemento de suas contrapartes em aplicações financeiras e contas a receber.

A Companhia adota procedimentos de gestão de riscos de liquidez, de mercado e de crédito, através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio.

c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimo e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Notas Explicativas

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano (ii)	Entre um e dois anos (ii)	Entre dois e cinco anos (ii)	Acima de cinco anos (ii)
Em 31 de dezembro de 2019				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	311.626	5.076	-	-
Debêntures (i) (*) (a)	18.965	19.659	588.300	4.428.099
Cédula de Crédito Bancário (i)	51.944	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2018				
Fornecedores e outras obrigações (iii)	102.920	94.099	-	-
BNDES (i)	89.373	91.383	158.417	15.083
Debêntures (i) (*)	204.387	284.200	1.354.273	588.251
Mútuos - partes relacionadas (i) (*)	28.150	29.133	94.173	594.277

- (i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, fornecedores, mútuo com partes relacionadas e outras obrigações;
- (ii) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da Administração;
- (iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.
- (*) Em 27 de maio de 2019, através do terceiro aditamento da 1ª emissão das Debêntures simples, consignou a Companhia todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht Transport S.A. ("OTP"), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Companhia, passou a figurar na qualidade de emissora das Debêntures ODTR11 "Sucessora legal". Em contrapartida pela assunção das obrigações das Debêntures, a dívida oriunda do contrato de mútuo subordinado com a Odebrecht Transport S.A. ("OTP"), foi integralmente quitada, conforme termo de quitação celebrado entre a Odebrecht Transport S.A. ("OTP") e a Companhia.
- (a) Em 15 de novembro de 2019, a Companhia realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, conforme nota explicativa nº 15.

d) Exposição aos riscos de taxas de juros e ao índice de inflação

A Companhia está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros.

Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros podem sofrer variações de valor justo em decorrência da flutuação da taxa de juros CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e do índice de inflação IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), principais exposições de risco de mercado da Companhia.

As avaliações de sensibilidade dos instrumentos financeiros às estas variáveis são apresentadas abaixo:

(i) Seleção dos riscos

A Companhia selecionou os riscos de mercado que mais podem afetar os valores dos instrumentos financeiros por ela detidos como sendo a taxa de juros CDI e o índice de inflação IPCA.

Notas Explicativas

(ii) Seleção dos cenários

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia apresenta na análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável e dois que possam representar efeitos adversos para a Companhia.

Como cenário provável (cenário I) na taxa de juros CDI e no índice de inflação IPCA foram consideradas as projeções apresentadas a seguir:

Indicador	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
CDI (*)	3,9%	5,4%	6,6%	7,1%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%	7,6%
IPCA (*)	3,4%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%	3,8%

(*) Fonte: Projeção Banco Santander – 03/01/2020.

Para os dois cenários adversos na taxa de juros CDI e no índice de inflação IPCA, foram consideradas uma alta de 25% sobre as projeções apresentadas acima como cenário adverso possível (cenário II) e de 50% como cenário adverso extremo (cenário III).

As taxas consideradas foram:

Indicador	Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
CDI (*)	7,10%	8,88%	10,66%
IPCA (*)	3,73%	4,66%	5,59%

(*) Refere-se à média aritmética da projeção de 2020 a 2034 das taxas apresentadas acima.

Os valores de sensibilidade na tabela abaixo são de juros a incorrer dos instrumentos financeiros sob cada cenário.

(iii) Análise de sensibilidade de variações na taxa – CDI

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação da taxa de juros CDI, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures CBAN22	jul/27	Alta no CDI	313.084	391.355	469.625

(iv) Análise de sensibilidade de variações no índice de inflação – IPCA

A sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação do índice de inflação IPCA, é apresentada na tabela a seguir:

Instrumento	Vencimento	Risco	Juros a incorrer		
			Cenário I Provável	Cenário II Adverso possível	Cenário III Adverso extremo
Debêntures ODTR11	out/25	Alta no IPCA	269.018	336.272	403.527
Debêntures CBAN12	jul/34	Alta no IPCA	967.433	1.209.291	1.451.150
Debêntures CBAN32	jul/34	Alta no IPCA	278.446	348.057	417.668
Debêntures CBAN52	jul/34	Alta no IPCA	231.006	288.757	346.509
Debêntures CBAN72	jul/34	Alta no IPCA	193.689	242.111	290.533

Notas Explicativas

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente da taxa contratada *versus* as vigentes de mercado.

As operações desses instrumentos são realizadas pela área de tesouraria da Companhia, por meio de avaliação e estratégia de operações previamente aprovadas pela diretoria.

As análises de sensibilidade acima têm por objetivo ilustrar a sensibilidade às mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação aos eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises e às mudanças inerentes de mercado.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos ou demais instrumentos financeiros atrelados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

e) Exposição aos riscos de crédito

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições consideradas pela Administração como de primeira linha.

f) Caixa e equivalentes de caixa, aplicação financeira, contas a receber, outros ativos e passivos circulantes

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos seus valores de realização.

g) Empréstimos e debêntures

Os empréstimos e as debêntures, classificados como passivos circulantes e não circulantes, têm seu valor contábil próximo ao valor de mercado.

3.1. Gestão de capital

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 podem ser assim sumarizados:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Total dos financiamentos e debêntures (Nota 15)	1.981.036	1.934.532
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(38.342)	(317.994)
Aplicações Financeiras (Nota 7)	(13.369)	(16.074)
Dívida líquida	1.929.325	1.600.464
Total do patrimônio líquido	867.623	844.525
Total do capital próprio e de terceiros	2.796.948	2.444.989
Índice de alavancagem financeira - %	69%	65%

Notas Explicativas

3.2. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As Demonstrações contábeis da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 incluem, portanto, estimativas que possuem risco significativo de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos de projeção de tráfego e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados:

a) Perda (*Impairment*) estimada de ativos financeiros e não financeiros

A Companhia verifica se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento de perda que tenha impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, não foram identificadas pela Administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para os ativos financeiros, quanto para os não financeiros.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

c) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

d) Reconhecimento de receita de construção

Na apuração do valor justo da receita de infraestrutura a Companhia utilizou o custo total incorrido, mais margem de lucro, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro, conforme interpretação técnica ICPC 01.

Notas Explicativas

e) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão através da projeção de curva de demanda, limitado ao prazo final da respectiva concessão. A Administração reconhece que essa é a melhor estimativa para refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo, sendo essa estimativa também utilizada pelas principais companhias do segmento. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão.

3.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment), quando aplicável, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para instrumentos financeiros similares.

4. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos ao valor justo por meio do resultado		Ativos e Passivos mensurados ao custo amortizado	
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativos, conforme o balanço patrimonial				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	-	-	38.342	317.994
Aplicações financeiras (Nota 7)	13.369	16.074	-	-
Contas a receber (Nota 8)	-	-	22.969	42.942
Contas a receber - partes relacionadas (Nota 17)	-	-	-	445
	13.369	16.074	61.311	361.381
Passivos, conforme o balanço patrimonial				
Financiamento e debêntures (Nota 15)	-	-	1.981.036	1.934.532
Arrendamento mercantil operacional (Nota 16)	-	-	22.565	-
Fornecedores (Nota 14)	-	-	302.155	219.255
Fornecedores - Partes relacionadas (Nota 17)	-	-	126	159
Mútuos - partes relacionadas (Nota 17)	-	-	-	403.643
Outros passivos	-	-	9.735	5.381
	-	-	2.315.617	2.562.970

Notas Explicativas

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A Companhia mantém seus ativos financeiros em instituições financeiras de primeira linha. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Contas a receber		
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Pedágios	22.518	42.498
Receitas acessórias	451	444
Total de contas a receber	22.969	42.942
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras		
Contra partes com classificação externa de crédito		
Instituição financeira	30.000	312.558
Total de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	30.000	312.558
Contra partes sem classificação externa de crédito		
Caixa geral	5	5
Bancos conta movimento	6.077	1.721
Numerários em trânsito	1.695	3.093
Fundo de troca	565	617
	8.342	5.436
	38.342	317.994

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Caixa geral	5	5
Numerários em trânsito (i)	1.695	3.093
Fundo de troca	565	617
Bancos conta movimento	6.077	1.721
Aplicações Financeiras (ii)	30.000	312.558
	38.342	317.994

- (i) Recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do período correspondente;
- (ii) Referem-se aos Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e às operações compromissadas, remuneradas por taxas que variam entre 85%, 98% e 100% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário); e a fundos de investimentos remunerados, em sua grande parte, a taxa média de 100% do CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média e possuem liquidez imediata garantida pelo emissor.

7. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 13.369 (31 de dezembro de 2018 – R\$ 16.074), referente à aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB (“FIDC” ou “Fundo”) efetuada em 29 de março de 2017, remuneradas à taxa de CDI 100%, conforme demonstrado na nota nº 17. O Fundo foi constituído sob a forma de condomínio fechado e tem como objetivo fortalecer os fornecedores da Companhia, de modo a propiciar aos mesmos o recebimento antecipado das vendas e taxas mais atrativas, quando comparadas às de mercado. É vetada a participação das empresas dos controladores do qual a Companhia faz parte como investidora e/ou sacada do Fundo. O Fundo tem por objeto a valorização das suas cotas, através da aplicação de seus recursos na aquisição de direitos creditórios que os fornecedores detêm contra a Companhia, sendo o saldo residual de caixa aplicado em instituições de 1ª linha, devidamente verificados e validados conforme critérios de elegibilidade e a gestão deste Fundo fica a cargo de uma administradora especializada.

Notas Explicativas

8. Contas a receber

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
<i>Automatic Vehicle Identification</i> ("AVI") (i)	19.708	39.632
Vale pedágio (i)	4.898	3.776
Receitas acessórias	451	444
	25.057	43.852
Ativo circulante	22.969	42.942
Ativo não circulante	2.088	910

(i) As contas a receber são representadas, substancialmente, por recebíveis de pedágio eletrônico e vale pedágio.

Em 31 de dezembro de 2019, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entendeu que não se fazia necessária a constituição de perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa das contas a receber.

9. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como a seguir:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Ativo não circulante		
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	170.534	173.023
Amortização da outorga	-	1.340
Benefício fiscal (ágio) (i)	58.796	78.395
Provisão para contingências	5.762	2.027
Outras Provisões	20	-
Provisão para conserva especial	10.930	10.652
Participação nos Lucros e Resultados	1.683	-
	247.725	265.437
Passivo não circulante		
Amortização da outorga (curva de demanda)	52.317	48.548
Margem de construção	7.065	6.697
Encargos financeiros	1.759	10.341
Ajuste de adoção inicial (art. 69 Lei nº. 12.973)	55.766	58.650
Arrendamento Mercantil	(484)	-
	116.423	124.236

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Tributos diferidos líquidos		
Tributos diferidos ativos	247.725	265.437
Tributos diferidos passivos	(116.423)	(124.236)
	131.302	141.201

A variação líquida em 31 de dezembro de 2019, quando comparada com o saldo em 31 de dezembro de 2018, relativa aos impostos diferidos totalizou uma redução de R\$ 9.899.

- (i) A expectativa da Administração da Companhia quanto à realização total dos créditos fiscais constituídos sobre os prejuízos fiscais acumulados, base negativa de contribuição social e o ágio (fundamentado em perspectiva de resultados futuros) reconhecido em função da incorporação de parte do acervo líquido da Controladora anterior (Odebrecht TransPort Participações S.A.), a ser amortizado para fins tributários, está prevista para ocorrer da seguinte forma:

Notas Explicativas

Ano	Prejuízo fiscal e base negativa	Benefício fiscal (ágio)	Compensação
			Total
2019	2.489	-	2.489
2020	5.568	19.599	25.167
2021	15.348	19.599	34.947
2022	30.500	19.598	50.098
2023	50.612	-	50.612
2024 em diante	66.017	-	66.017
	170.534	58.796	229.330

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro tributável que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, e outras variações, não existe uma correlação imediata entre o resultado da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização destes créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10. Depósitos judiciais

	Trabalhistas	Cíveis	Tributários (i)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	247	1.179	37.696	39.122
Adições	297	542	14.444	15.283
Baixas	(132)	(4)	-	(136)
Atualização monetária	20	41	1.408	1.469
Saldo em 31 de dezembro de 2019	432	1.758	53.548	55.738

- (i) Em 03 de agosto de 2018, a Companhia entrou com pedido de tutela provisória de urgência de natureza cautelar, conforme processo nº 5019449-37.2018.4.03.6100, com a finalidade de que seja declarado o direito de excluir do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a dedução decorrente da amortização do ágio oriundo da incorporação de parte do acervo cindido do seu antigo acionista Odebrecht TransPort Participações S.A., ocorrida em 21 de dezembro de 2012, relativo às apropriações dos anos-calendário de 2014 e subsequentes. Em 14 de agosto de 2018, foi proferida a decisão em caráter liminar indeferindo a tutela de urgência pleiteada na ação, mas ficando autorizado o depósito judicial, o qual foi efetuado no dia 15 de agosto de 2018, no valor total de R\$ 37.369, como forma de suspender à exigibilidade dos tributos referidos. A Companhia mantém a regularidade da realização dos depósitos judiciais relacionados ao processo do ágio, em consonância com a sua apuração do IRPJ e da CSLL corrente.

11. Ativo de contrato

O Ativo de Contrato (obras em andamento) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1) – Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível, somente após a conclusão das obras.

	31 de dezembro de 2018		31 de dezembro de 2019	
	Custo	Adições	Transferências de obra (i)	Líquido
Edifícios e instalações	18.280	2.555	(20.744)	91
Hardware equipamentos de pedágio	760	4.767	(5.300)	227
Demais melhorias e ampliações	113.223	37.856	(112.412)	38.667
Desapropriações	1.266	586	(1.852)	-
Meio ambiente e elementos de segurança	30.740	885	(31.460)	165
	164.269	46.649	(171.768)	39.150

- (i) Obras em andamento transferidas de ativo de contrato para ativo intangível.

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01 (R1).

Notas Explicativas

12. Imobilizado

a) Composição

	Taxas anuais médias de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
				Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	20	1.413	(672)	741	528
Móveis e utensílios	5	830	(660)	170	253
Veículos	20	6.772	(4.398)	2.374	3.898
Imobilização em andamento	-	1.166	-	1.166	1.003
		10.181	(5.730)	4.451	5.682

b) Movimentação

	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilização em andamento	Total
Custo	3.739	829	8.299	1.003	13.870
Depreciação acumulada	(3.211)	(576)	(4.401)	-	(8.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	528	253	3.898	1.003	5.682
Adições	355	-	89	1.166	1.610
Baixas, líquidas de depreciação	(3)	-	-	(1.003)	(1.006)
Depreciação	(139)	(83)	(1.613)	-	(1.835)
Saldo contábil	741	170	2.374	1.166	4.451
Custo	1.413	830	6.772	1.166	10.181
Depreciação acumulada	(672)	(660)	(4.398)	-	(5.730)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	741	170	2.374	1.166	4.451

13. Intangível

a) Composição

	Custo	Amortização Acumulada	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
			Líquido	Líquido
Intangível em infraestrutura (i)				
Edifícios e instalações	512.717	(76.060)	436.657	413.088
Pavimentações e conservação especial	585.705	(268.325)	317.380	407.285
Hardware equipamentos de pedágio	85.484	(19.136)	66.348	62.764
Demais melhorias e ampliações	813.308	(70.496)	742.812	510.997
Desapropriações	241.523	(24.597)	216.926	187.400
Máquinas e equipamentos	3.467	(965)	2.502	2.589
Móveis e utensílios	2.015	(508)	1.507	1.553
Veículos	2.498	(681)	1.817	639
Meio ambiente e elementos de segurança	206.023	(24.559)	181.464	146.647
	2.452.740	(485.327)	1.967.413	1.732.962
Outros intangíveis (ii)				
Direito de outorga da concessão	1.337.238	(322.249)	1.014.989	1.044.696
Direito de uso (iii)	30.999	(9.583)	21.416	-
Softwares adquiridos de terceiros (*) (iv)	2.182	(1.477)	705	819
	1.370.419	(333.309)	1.037.110	1.045.515
	3.823.159	(818.636)	3.004.523	2.778.477

(*) A taxa utilizada para amortização de softwares adquiridos de terceiros é de 20% a.a.

(i) Intangível – Infraestrutura

Referem-se aos custos dos investimentos em bens reversíveis ao poder concedente, direcionados para a infraestrutura da concessão. A amortização é calculada no modelo de projeção da curva de demanda visando variáveis econômicas para o tráfego nas rodovias sob sua concessão considerando o potencial aumento e (ou) volume de trânsito nas praças de pedágio, às quais estão limitadas ao prazo da concessão, e reconhecida no resultado. Periodicamente as projeções de tráfego são revisadas de acordo com as expectativas de crescimento macroeconômica.

Notas Explicativas

As adições do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 referem-se à ampliação e melhorias do Corredor Dom Pedro I. O montante do custo está majorado pela margem de construção, conforme orientação contida na Interpretação ICPC 01(R1) e OCPC 05.

(ii) Outros intangíveis

Direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração do Sistema Rodoviário. No reconhecimento inicial, o montante da Outorga Fixa foi ajustado ao valor presente, considerando uma taxa de desconto de 8% a.a. A amortização da outorga é efetuada com base na projeção da curva de tráfego estimada para o período da concessão.

O contrato de concessão representa um direito de cobrar dos usuários dos serviços públicos, via tarifação, por um período por ele estabelecido em cada contrato.

(iii) Direito de uso

O direito de uso corresponde a alteração exigida pelo CPC 06(R2), a qual submete ao arrendatário o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento, sobre os contratos de arrendamento operacionais.

(iv) Softwares adquiridos de terceiros

Os *softwares* correspondem aos sistemas operacionais adquiridos pela Companhia e são amortizados pelo método linear alocados ao resultado.

b) Movimentação

	Infraestrutura	Direito de outorga	Software, direitos de uso e outros	Direito de uso de arrendamento (i)	Total
Custo	2.083.621	1.337.238	2.182	-	3.423.041
Amortização acumulada	(350.659)	(292.542)	(1.363)	-	(644.564)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.732.962	1.044.696	819	-	2.778.477
Reconhecimento inicial de direito de uso	-	-	-	4.583	4.583
Reconhecimento inicial da amortização de direito de uso	-	-	-	(1.463)	(1.463)
Adições	198.570	-	-	26.416	224.986
Transferências de obras (*)	171.768	-	-	-	171.768
Baixas, líquidas de depreciação	(551)	-	-	-	(551)
Amortização	(135.336)	(29.707)	(114)	(8.120)	(173.277)
Saldo contábil	1.967.413	1.014.989	705	21.416	3.004.523
Custo	2.452.740	1.337.238	2.182	30.999	3.823.159
Amortização acumulada	(485.327)	(322.249)	(1.477)	(9.583)	(818.636)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.967.413	1.014.989	705	21.416	3.004.523

(*) Obras em andamento transferidas do ativo de contrato para o ativo intangível.

(i) Direito de uso de arrendamento

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Reconhecimento inicial do custo	776	1.966	1.841	4.583
Reconhecimento inicial da amortização	(157)	(950)	(356)	(1.463)
Adições	130	25.425	861	26.416
Amortização	(157)	(7.106)	(857)	(8.120)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	592	19.335	1.489	21.416

Em 31 de dezembro de 2019, foram registrados no resultado do exercício os contratos de arrendamento mercantil de curto prazo e de baixo valor, não reconhecidos na mensuração do ativo e do respectivo passivo de arrendamento:

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Arrendamento de baixo valor	12	8	-	20
Arrendamento de curto prazo	17	53	929	999
Arrendamento excedentes	12	38	5	55
	41	99	934	1.074

Notas Explicativas

14. Fornecedores

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fornecedores nacionais	302.155	219.255
	302.155	219.255
Passivo circulante	278.924	112.109
Passivo não circulante	23.231	107.146

O saldo refere-se, substancialmente, aos contratos com diversos fornecedores e prestadores de serviços, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização dos negócios da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, compõe o saldo de Fornecedores nacionais o valor de R\$ 30.269 referente ao serviço de assessoria financeira pela captação de recursos através da segunda emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações.

Os fornecedores têm a possibilidade de receber antecipadamente seus recebíveis junto a um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") e através de operações de "Antecipação de Fornecedores" com instituições financeiras. O saldo equivalente a estes contratos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é de R\$ 248.563 e R\$ 201.437, respectivamente.

15. Empréstimos e debêntures

	Moeda	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Financiamentos BNDES (a)	R\$	TJLP + 2,32% / IPCA + 9,60% / IPCA + 8,66% / IPCA + 8,11%	-	343.626
1ª Emissão Debêntures CBAN / ODTR11 (b)	R\$	IPCA + 9,57% / IPCA + 6,70%	280.760	1.612.189
2ª Emissão Debêntures CBAN (b)	R\$	IPCA + 5,0% / IPCA + 5,2% / CDI + 2,0%	2.179.255	-
Cédula de Crédito Bancário (e)	R\$	Juros Prefixados 7,52 %	50.182	-
Custos a amortizar (c)	R\$		(529.161)	(21.283)
			1.981.036	1.934.532
(-) Passivo circulante				
Financiamentos BNDES			-	(93.383)
Debêntures			(20.765)	(155.380)
Cédula de Crédito Bancário			(50.182)	-
(-) Passivo circulante			(70.947)	(248.763)
Passivo não circulante				
Financiamentos BNDES			-	249.574
Debêntures			1.910.089	1.436.195
Passivo não circulante			1.910.089	1.685.769
			(1.981.036)	(1.934.532)

(a) BNDES

Em 14 de julho de 2010, a Companhia contratou linha de crédito de longo prazo junto ao BNDES no valor de até R\$ 921.503. Desse montante, o equivalente a R\$ 737.189 está sujeito a encargos de TJLP + 2,32% a.a. e o montante de R\$ 184.314 está sujeito a encargos de IPCA + Taxa de Referência + 2,32% a.a. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia recebeu no acumulado de liberações pelo BNDES no montante de R\$ 654.938, sendo que o saldo remanescente do contrato, R\$ 266.565, não será mais desembolsado pelo BNDES.

Em 27 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a liquidação antecipada do contrato de financiamento com o BNDES.

Notas Explicativas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia realizou pagamentos junto ao BNDES no montante total de R\$ 372.617, sendo R\$ 340.904 de principal e R\$ 31.713 de juros e correções monetárias.

Os recursos provenientes dessa abertura de crédito foram destinados à realização de investimentos em ampliação, recuperação e manutenção do Corredor Dom Pedro I.

(b) Debêntures

Em 10 de julho de 2012, foi aprovado pelos debenturistas o 3º aditivo da escritura de debêntures, prolongando o prazo de vencimento para mais 24 meses, passando os vencimentos finais para 15 de janeiro de 2024, para as debêntures de primeira série, e 15 de julho de 2024, para as debêntures de segunda série. Também foram alterados os prazos para pagamento da primeira parcela do valor nominal unitário das debêntures.

Em 27 de maio de 2019, através do terceiro aditamento da 1ª emissão das debêntures simples, consignou a Companhia todos os direitos conferidos e todas as obrigações, principais e acessórias assumidas pela Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), no âmbito da emissão, de modo que, a partir da data de assinatura, a Companhia, passou a figurar na qualidade de emissora das debêntures ODTR11 "Sucessora legal".

Em 26 de dezembro de 2019, a Companhia realizou a liquidação, de maneira antecipada, das Debêntures da 1ª emissão (CBAN11 e CBAN21).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia liquidou o montante de R\$ 1.472.081, sendo R\$ 721.857 de principal e R\$ 750.224 de juros e correção monetária.

Em 15 de novembro de 2019, a Companhia realizou a sua segunda emissão de Debêntures simples, através de oferta pública, conforme Instrução CVM 400, de 2003. Foram distribuídas 2.167.482 (dois milhões, cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures, sendo 859.479 (oitocentos e cinquenta e nove mil, quatrocentos e setenta e nove) debêntures da Primeira Série, 700.000 (setecentos mil) debêntures da Segunda Série, 240.771 (duzentos e quarenta mil, setecentos e setenta e uma) debêntures da Terceira Série, 199.750 (cento e noventa e nove mil, setecentos e cinquenta) debêntures da Quinta Série e 167.482 (cento e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e duas) debêntures da Sétima Série, nominativas e escritural, da espécie com garantia real, não conversíveis em ações e com o valor nominal unitário de R\$ 1.000 (mil reais), com vencimento final em 15 de julho de 2027, para as Debêntures de Segunda Série e 15 de julho de 2034, para as demais Séries.

A emissão das Debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração da Emissora e pela Assembleia Geral Extraordinária de Acionista da Companhia realizada em 25 de outubro de 2019.

O prazo de vencimento das Debêntures será de 92 meses para as Debêntures de Segunda Série e de 176 meses para as Debêntures de demais Séries:

Séries	Período	Vencimento
2ª	7 anos 8 meses (92 meses)	julho-27
1ª, 3ª, 5ª e 7ª	14 anos 8 meses (176 meses)	julho-34

As Debêntures de 1ª série (i), incidirão juros remuneratórios prefixados de 5% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, (ii) Debêntures de 2ª série, incidirão juros remuneratórios correspondente a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI *Over*, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa ou *spread* de 2%, ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis e (iii) Debêntures de 3ª série, 5ª série e 7ª série, incidirão juros remuneratórios prefixados de 5,20% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, todos calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a primeira data de integralização das Debêntures, a data de incorporação de juros ou a data de pagamento da remuneração das respectivas séries, imediatamente anterior, conforme o caso, e (i) incorporados ao final período de incorporação das séries, ou (ii) pagos na data de pagamento da remuneração das respectivas séries subsequente.

Notas Explicativas

As Debêntures de 3ª Série, Debêntures de 5ª Série e Debêntures de 7ª Série foram distribuídas apenas para os titulares das Debêntures objeto da 1ª emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações, da Emissora, datada em 15 de junho de 2010 (Debêntures CBAN 1ª emissão) e das Debêntures ODTR11, não conversíveis em ações da Emissora, datada em 14 de novembro de 2013.

Sobre o valor nominal de cada série, serão capitalizados e incorporados juros e atualização monetária, calculados entre a primeira data de integralização das Debêntures das respectivas séries, até o dia 15 de janeiro de 2022 (data fim de incorporação de juros e atualização monetária), sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos na escritura de emissão.

A composição da operação da escrituração de debêntures em aberto em 31 de dezembro de 2019 está apresentada da seguinte forma:

Liberação	Série	Valor da emissão	Vencimento	Encargos (% a.a.)	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
junho-10	CBAN 1ª série	550.000	até janeiro-24	IPCA + 9,57%	-	824.364
junho-10	CBAN 2ª série	550.000	até julho-24	IPCA + 9,57%	-	787.825
novembro-13	ODTR 1ª série	300.000	até outubro-25	IPCA + 6,70%	280.760	-
dezembro-19	CBAN 1ª série	859.479	até julho-34	IPCA + 5,0%	864.886	-
dezembro-19	CBAN 2ª série	700.000	até julho-27	CDI + 2,0%	702.476	-
dezembro-19	CBAN 3ª série	240.771	até julho-34	IPCA + 5,2%	242.311	-
dezembro-19	CBAN 5ª série	199.750	até julho-34	IPCA + 5,2%	201.028	-
dezembro-19	CBAN 7ª série	167.482	até julho-34	IPCA + 5,2%	168.554	-
					2.460.015	1.612.189

O valor nominal unitário atualizado das Debêntures CBAN da 2ª emissão será amortizado semestralmente, juntamente com a remuneração, a partir de 15 de julho de 2022 e o pagamento dos juros da ODTR11 será realizado em parcelas anuais e consecutivas, sendo que a liquidação do valor principal, devidamente atualizado, será realizada em uma única parcela em 10 de outubro de 2025, conforme apresentado a seguir:

Datas de Amortização da Primeira, Terceira, Quinta e Sétima Série CBAN			Datas de Amortização da Segunda Série CBAN		Datas de Amortização da Primeira Série ODTR11	
	(i)		(ii)		(iii)	
	jul/22	0,25%	jul/22	1,00%	outubro de 2025	100,00%
	jan/23	0,13%	jan/23	0,50%		
	jul/23	0,13%	jul/23	0,50%		
	jan/24	0,13%	jan/24	4,50%		
	jul/24	0,13%	jul/24	4,50%		
	jan/25	0,13%	jan/25	13,50%		
	jul/25	0,13%	jul/25	13,50%		
	jan/26	0,25%	jan/26	14,00%		
	jul/26	0,25%	jul/26	14,00%		
	jan/27	0,25%	jan/27	17,00%		
	jul/27	0,25%	jul/27	17,00%		
	jan/28	6,00%				
	jul/28	6,00%				
	jan/29	6,50%				
	jul/29	6,50%				
	jan/30	6,75%				
	jul/30	6,75%				
	jan/31	6,75%				
	jul/31	6,75%				
	jan/32	6,75%				
	jul/32	6,75%				
	jan/33	7,00%				
	jul/33	7,00%				
	jan/34	9,25%				
	jul/34	9,25%				

- (i) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da Primeira Série, Terceira Série, Quinta Série e Sétima Série a ser amortizado;
- (ii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures da Segunda Série a ser amortizado;
- (iii) Percentual do valor nominal unitário das Debêntures ODTR11 da Primeira Série a ser amortizado.

Notas Explicativas

c) Custos de captação

Os custos incorridos na captação estão sendo apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno ("TIR") da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência das operações. A movimentação desses gastos é a seguinte:

	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018
	Debêntures	BNDES	Total	Total
Saldo no início do período / exercício	20.613	670	21.283	26.552
Assunção custo de transação (i)	8.655	-	8.655	-
Constituição Custo de transação (ii)	527.639	-	527.639	-
(-) Amortizações	(27.746)	(670)	(28.416)	(5.269)
Saldo no final do período / exercício	529.161	-	529.161	21.283

(i) Assunção do custo de transação das Debêntures ODTR11.

(ii) Constituição de custo de transação referente a 2ª emissão de Debêntures simples não conversíveis em ações.

O montante a apropriar no resultado futuro tem a seguinte composição:

	Debêntures CBAN 1ª, 3ª, 5ª e 7ª Série	Debêntures CBAN 2ª Série	Debêntures ODTR11	Total
2020	-	-	825	825
2021	26.110	19.760	856	46.726
2022	28.460	21.430	887	50.777
2023	30.556	22.787	918	54.261
2024	31.527	22.506	950	54.983
2025 em diante	272.863	47.986	740	321.589
	389.516	134.469	5.176	529.161

d) Prazo de vencimento

O montante das operações das Debêntures de longo prazo tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2018		
	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida	Dívida Bruta	Custo de Transação	Dívida Líquida
2020	-	-	-	215.877	(5.018)	210.859
2021	12.002	(46.726)	(34.724)	277.272	(4.498)	272.774
2022	12.003	(50.776)	(38.773)	377.641	(3.546)	374.095
2023	75.003	(54.261)	20.742	377.010	(2.322)	374.688
2024	216.753	(54.983)	161.770	454.021	(668)	453.353
2025 em diante	2.122.663	(321.589)	1.801.074	-	-	-
	2.438.424	(528.335)	1.910.089	1.701.821	(16.052)	1.685.769

e) Cédula de Crédito Bancário

Em 10 de dezembro de 2019, a Companhia emitiu Cédula de Crédito Bancário (CCB) em favor do Banco Santander do Brasil S.A., com o valor principal de R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), à taxa de juros Prefixados a 7,52 % a.a, calculados de forma exponencial *pro rata temporis*, com base em um ano de 360 dias corridos, com prazo de vencimento em 19 de junho de 2020.

f) Movimentação de empréstimos e debêntures

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Saldo no início do exercício	1.934.532	2.024.135
Baixas de Empréstimos e Debêntures	(1.571.074)	(129.681)
Juros e correções provisionados	256.963	239.781
Juros pagos	(781.938)	(204.974)
Assunção Debêntures ODTR11	424.296	-
Captação Debêntures 2ª Emissão	2.167.480	-
Cédula de Crédito Bancário	50.000	-
Constituição Custo de Transação	(527.639)	-
Amortização do Custo de Transação	28.416	5.271
Saldo final do exercício	1.981.036	1.934.532

Notas Explicativas

g) Garantias vigentes

As garantias constituídas pela Companhia são: (i) cessão fiduciária dos direitos creditórios e dos direitos emergentes da concessão e (ii) penhor das ações da Companhia. Os beneficiários de tais garantias são os debenturistas da ODTR 11 em 1º grau e da CBAN (2ª emissão) em 1º grau sob condição suspensiva.

h) Principais compromissos assumidos (“Covenants”)

As cláusulas restritivas foram cumpridas em 31 de dezembro de 2019.

16. Arrendamento mercantil

	Imóveis	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-
Reconhecimento inicial	477	1.067	1.571	3.115
Adições	130	25.425	861	26.416
Baixas	(147)	(7.760)	(792)	(8.699)
Apropriação de juros	41	1.560	132	1.733
Saldo em 31 de dezembro de 2019	501	20.292	1.772	22.565
Passivo circulante	189	9.024	1.266	10.479
Passivo não circulante	312	11.268	506	12.086

O cálculo do valor presente foi realizado considerando a taxa de juros anual obtida utilizando como critério a taxa média de captação que é de 9% a.a. A taxa corresponde ao custo médio de captação de dívidas no mercado, com prazos equivalentes e deduzidas da inflação acumulada.

17. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Composição

As transações que influenciaram o resultado e os investimentos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, respectivamente, relativos às operações com partes relacionadas, estão apresentados a seguir:

	Ativo		Passivo		Resultado		
	Contas a Receber	Fornecedores	Mútuo		Serviços prestados	Benefícios com pessoal	Despesas financeiras
Construtora Norberto Odebrecht S.A. (“CNO”) (ii)	-	1	-	-	1.445	-	-
Odebrecht Rodovias S.A. (“ODRVias”) (iii)	-	-	-	-	2.840	-	-
Odebrecht Transport S.A. (“OTP”) (i)	-	-	-	-	-	-	20.653
Vexty Previdência (“Vexty”) (iv)	-	125	-	-	-	644	-
Em 31 de dezembro de 2019	-	126	-	-	4.285	644	20.653
Em 31 de dezembro de 2018	445	159	403.643	-	4.022	555	62.713

(i) Odebrecht Transport S.A. (OTP)

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Mútuo OTP (a)	-	412.776
Custos de transação (b)	-	(9.133)
	-	403.643

(a) Em 20 de setembro de 2013, a Companhia celebrou contrato de mútuo no valor total de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais) com sua controladora, que será atualizado pela variação da inflação mais juros remuneratórios, em consonância com o praticado no mercado.

Em 27 de maio de 2019, pela assunção das obrigações das debêntures, a dívida oriunda do contrato de mútuo subordinado com a OTP, foi integralmente quitada, conforme termo de quitação celebrado entre a OTP e a Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 20.653, referente a juros, correções monetárias e custos de transação sobre mútuo;

Notas Explicativas

(b) Custos de transação pagos na intermediação na contratação do mútuo. Em 27 de maio de 2019, o saldo a amortizar foi transferido para custo de transação com Debêntures.

(ii) Construtora Norberto Odebrecht S.A. (CNO)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta o montante de R\$ 1 a pagar junto a CNO, referente a prestação de serviços de Consultoria de TI.

O montante de R\$ 1.445 refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio de tecnologia da informação) prestados pela CNO.

(iii) Odebrecht Rodovias S.A. (ODBVias)

O montante de R\$ 2.840, refere-se ao rateio de despesas de serviços compartilhados (apoio administrativo-financeiro). Em 01 de julho de 2019, os integrantes que desenvolviam essas atividades no CSC da ODBVias foram transferidos para a Companhia e os repasses de custo deixaram de existir.

(iv) Vexty Previdência (anteriormente denominada Odebrecht Previdência)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta o montante a pagar de R\$ 125, e em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 159, referente ao plano de previdência complementar.

O montante de R\$ 644, refere-se a despesa com plano de previdência complementar do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 555 de 31 de dezembro de 2018.

(v) Fundo de Investimento de Direito Creditórios (“FIDC”)

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta aplicações financeiras no montante de R\$ 13.369, referente à aquisição de 399 cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – Fornecedores CRB, conforme mencionado na nota nº 7.

b) Honorários da administração

A remuneração paga aos administradores estatutários da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, totalizou os montantes de R\$ 2.623 e R\$ 1.590, respectivamente.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Salários	2.035	1.258
Encargos	414	216
Previdência complementar	141	97
Outros	33	19
	2.623	1.590

18. Contingências e provisões para causas judiciais

	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Reclamações cíveis	Contingências tributárias	Saldo final
Saldo em 31 de dezembro de 2018	989	3.320	1.764	6.073
Constituição	1.474	13.734	1.209	16.417
Reversão	(1.133)	(1.583)	(2.973)	(5.689)
Atualização Monetária	-	145	-	145
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.330	15.616	-	16.946

Os montantes apresentados no quadro acima referem-se às causas com perda provável, baseado na expectativa dos assessores jurídicos da Companhia.

Notas Explicativas

A Companhia também possui ações de naturezas cível, trabalhista e tributárias, envolvendo riscos de perda que foram classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas adotadas no Brasil e as IFRS não determinam a sua contabilização:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Contingências trabalhistas e previdenciárias	1.683	4.463
Reclamações cíveis	24.683	63.759
Contingências tributárias	62.701	39.835
	89.067	108.057

Os principais processos judiciais não provisionados referem-se a:

Processos tributários

A Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil ("RFB"), em 07 de dezembro de 2018 e em 20 de junho de 2019, decorrente da glosa da amortização do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador Odebrecht TransPort Participações S.A. ("OTPP"), que foi excluído da base de cálculo do IRPJ e CSLL, relacionado aos exercícios de 2013, 2014, 2015, 2016 e 2017. A Companhia protocolou impugnação aos autos de infração e os processos encontram-se suspensos em julgamento.

A Companhia apresenta depósitos judiciais, relacionado ao processo do ágio entre outros processos, conforme mencionado na nota nº 10.

19. Provisão para conserva especial

a) Composição

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Provisão de conserva especial	32.146	31.329
	32.146	31.329

b) Movimentação

Saldo em 31 de dezembro de 2018	31.329
Constituição/reversão de provisão de AVP	1.590
Constituição conserva especial	39.201
Baixa de conserva especial	(39.974)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	32.146

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 32.146 e em 31 de dezembro de 2018 o saldo de R\$ 31.329 referente à provisão para manutenção e recuperação da infraestrutura. A provisão foi constituída considerando os investimentos previstos no contrato de concessão para o período de cinco anos, descontados ao valor presente, a uma taxa de 5,94% a.a, com base na projeção de mercado do CDI, e apropriados pelo prazo de concessão de 30 anos.

Notas Explicativas

20. Antecipações de direitos a faturar

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Antecipação de Direitos a Faturar	60.000	60.000
	60.000	60.000

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 respectivamente, a Companhia apresenta o saldo de R\$ 60.000, referente à Antecipação de Direitos a Faturar a “XPCE VII – Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados”, referente à operação que consiste na aquisição de direitos creditórios decorrentes de ações judiciais que a Companhia possui contra empresas de distribuição de energia e de abastecimento de água pela utilização de faixa de domínio localizada às margens da Rodovia Dom Pedro I. A compradora dos direitos creditórios possui a opção de venda para a Companhia no caso de insucesso destas ações, no entanto, a Companhia considera esta opção com baixa probabilidade de êxito, pois todas as ações são avaliadas como prováveis ou possíveis de sucesso. Em contrapartida, a Companhia tem a opção de recomprar estes direitos creditórios após 30 meses da data de aquisição. A Administração da Companhia não tem, neste momento, a intenção de exercer a opção de recomprar os direitos creditórios, considerando principalmente a situação e comportamento esperado das disponibilidades da Companhia.

21. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito da Companhia está representado por 556.799.050 ações, sendo 278.399.525 ações ordinárias e 278.399.525 ações preferenciais, com valor nominal de R\$ 1,00 por ação.

Em 27 de maio de 2019 a controladora direta Odebrecht Rodovias S.A. (“ODBVias”), alienou o equivalente a 85% do capital social da Companhia para SCP 1355 Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, um fundo de investimento constituído no Brasil que é gerido pela Farallon Capital Management LLC e Mubadala Investment Company.

Acionistas	Números de ações em unidades					
	Ordinárias n° ações	%	Preferenciais n° ações	%	Total n° ações	%
SCP 1355 Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	236.639.596	85%	236.639.596	85%	473.279.192	85%
OTP CRB Fundo de Investimento em Participação Multiestratégia	41.759.929	15%	41.759.929	15%	83.519.858	15%
	278.399.525	100%	278.399.525	100%	556.799.050	100%

b) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente ao percentual de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Notas Explicativas

(ii) Dividendos mínimos obrigatórios

A proposta de dividendos consignada nas demonstrações contábeis da Companhia, foi calculada nos termos da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Lucro do exercício	30.505	13.918
Constituição reserva legal (5%) (i)	(1.525)	(696)
Base de cálculo dos dividendos	28.980	13.222
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (ii)	(7.245)	(3.305)
Reserva de retenção de lucros (b) (iii)	21.735	9.917

Conforme disposições legais e estatutárias vigentes, a base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios é obtida a partir do lucro líquido, diminuído da cota destinada à reserva legal. A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que for aprovado pelo conselho em assembleia geral.

(iii) Reserva de retenção de lucros

A Administração da Companhia constituiu reserva de retenção de lucros no montante de R\$ 21.735 do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e de R\$ 9.917 do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, excedente da destinação do resultado após a constituição da reserva legal e do dividendo mínimo obrigatório em função do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, que determina que a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovado.

c) Reserva de capital

Em 21 de dezembro de 2012 foi aprovada a cisão parcial do patrimônio líquido da ex-controladora indireta (Odebrecht TransPort Participações S.A.- OTPP), composto, em parte, pelo seu investimento na Companhia e respectivo ágio fundamentado em perspectiva de resultados futuros, passível de amortização para fins tributários, a qual foi incorporada pela Companhia, sem qualquer aumento ou modificação na composição do seu capital social. O referido acervo líquido, no montante de R\$ 195.988 (cento e noventa e cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais) foi totalmente incorporado ao patrimônio da Companhia em conta de reserva de capital, denominada Reserva Especial de Ágio. Como resultado desta reorganização societária, a OTP passou a deter 100% do capital total da Companhia.

22. Receita líquida

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Receitas em numerário	184.071	181.176
Receitas de AVI ("Automatic Vehicle Identification") (ii)	480.910	440.269
Receitas de vale pedágio (iii)	44.864	40.581
Receitas acessórias	15.769	20.864
Receita de operação	725.614	682.890
Receita de construção ICPC 01-R1 (i)	245.219	245.611
Receita total	970.833	928.501
Tributos sobre serviços de operação	(61.683)	(58.870)
	909.150	869.631

- (i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, a Companhia reconheceu R\$ 245.219 e R\$ 245.611 respectivamente, como receita de obras de infraestrutura, nos termos da interpretação técnica ICPC 01(R1) – Contratos de concessão.

Notas Explicativas

Na apuração do valor justo da sua contraprestação, a Companhia utilizou o custo total incorrido com as obras de infraestrutura, mais 1% de margem, sendo utilizado para se chegar ao valor final o método de cálculo por dentro;

- (ii) Transações oriundas da captação de sinais através de sensor eletrônico, as receitas por meio de sistema eletrônico de pagamento – AVI são calculadas e registradas através do reconhecimento eletrônico dos veículos cadastrados e faturadas mensalmente para os usuários via empresa especializada;
- (iii) As transações de vale pedágio representam pagamentos efetuados pelos usuários mediante créditos de vale pedágio previamente adquiridos das empresas habilitadas (VISA e DBTRANS).

A cobrança de pedágio é a principal fonte de recursos para obras de manutenção, conservação e modernização da malha viária concedida.

23. Custos dos serviços

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Depreciação e amortização	(174.928)	(161.752)
Salários e encargos	(32.191)	(31.637)
Gastos gerais	(3.805)	(6.347)
Serviços de terceiros	(15.743)	(25.021)
Seguros	(6.074)	(6.445)
Outorga variável	(10.896)	(10.250)
Provisão para conserva especial	(37.181)	(32.458)
Materiais	(8.315)	(8.494)
	(289.133)	(282.404)
Custo de construção ICPC 01-R1	(242.767)	(243.128)
	(531.900)	(525.532)

24. Despesas gerais e administrativas

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Salários e encargos	(11.241)	(10.185)
Serviços de terceiros	(7.911)	(7.900)
Depreciação e amortização	(184)	(145)
Materiais e equipamentos	(696)	(587)
Despesa com veículos	(256)	(371)
Taxas de meios de pagamentos eletrônicos	(818)	(730)
Despesas com viagens	(21)	(22)
Provisão para contingências	(10.873)	(5.338)
Gastos gerais	(4.053)	(2.408)
	(36.053)	(27.686)

25. Resultado financeiro, líquido

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos	(23.857)	(30.728)
Juros sobre mútuos	(11.174)	(27.219)
Juros sobre debêntures	(170.132)	(145.689)
Custos de transação	(31.089)	(29.890)
Arrendamento mercantil operacional	(1.733)	-
Correção monetária sobre empréstimos, debêntures e mútuo	(71.976)	(78.294)
Ajuste a valor presente	(3.609)	(2.446)
Outras	(12.994)	(9.454)
	(326.564)	(323.720)
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	20.814	26.681
Outras	5.848	1.812
	26.662	28.493
Resultado financeiro, líquido	(299.902)	(295.227)

Notas Explicativas

26. Outras receitas (despesas) líquidas

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Outras despesas		
Baixa do ativo imobilizado	(553)	(170)
Outras despesas com tributos (i)	4.519	-
	3.966	(170)
Outras receitas		
Outras receitas	842	391
	842	391
	4.808	221

(i) Recuperação de créditos de PIS e COFINS decorrente da alteração das alíquotas do regime tributário não cumulativo para o cumulativo, sobre as receitas acessórias dos últimos cinco anos.

27. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Resultado antes dos impostos	46.103	21.407
Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) às alíquotas nominais (34%)	(15.675)	(7.278)
Adições/Exclusões permanentes, líquidas	77	(358)
Outros	-	147
Efeito IR e CSLL no resultado	(15.598)	(7.489)
IR e CSLL corrente	(5.615)	147
IR e CSLL diferido	(9.983)	(7.636)
Total de IR e CSLL correntes e diferidos	(15.598)	(7.489)

28. Demonstração do fluxo de caixa

Abaixo demonstramos os efeitos de transações que não afetaram o caixa, cujos ajustes foram efetuados na demonstração do fluxo e caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Caso as operações tivessem afetado o caixa, seriam apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Fornecedores	(69.018)	33.674
Baixa de adiantamento de ativo imobilizado	(1.003)	-
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	(70.021)	33.674
Adições de ativo intangível	39.226	(33.674)
Adições de direito de uso	(26.416)	-
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	12.810	(33.674)
Mútuos - partes relacionadas (i)	(424.295)	-
Debêntures ODTR11 (i)	424.295	-
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures (ii)	608.566	-
Amortização de financiamentos (iii)	(508.313)	-
Custos de transação - deágio (iv)	(100.253)	-
Custos de transação - assessorias	30.795	-
Adições de arrendamento operacional	26.416	-
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamento	57.211	-

(i) Em 27 de maio de 2019, pela assunção das obrigações das Debêntures, a dívida oriunda do contrato de mútuo subordinado com a Odebrecht TransPort S.A. ("OTP"), foi integralmente quitada, conforme termo de quitação celebrado entre a OTP e a Companhia.

Notas Explicativas

- (ii) Captação oriunda da distribuição das Debêntures de 3ª série; 5ª série e 7ª série da 2ª emissão, com apenas os titulares das Debêntures objeto da 1ª emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações da Emissora, de 15 de junho de 2010 (Debêntures CBAN 1ª emissão) e Debêntures da ODTR11, não conversíveis em ações da Emissora, de 14 de novembro de 2013.
- (iii) Permuta parcial das Debêntures da 1ª emissão (CBAN11, CBAN21) e ODTR11, através da distribuição das Debêntures de 3ª série; 5ª série e 7ª série da 2ª emissão, para os mesmos debenturistas titulares da 1ª emissão e ODTR11, respectivamente.
- (iv) Deságio decorrente da emissão das Debêntures de 3ª série; 5ª série e 7ª série da 2ª emissão, distribuídas apenas aos debenturistas objeto da 1ª emissão CBAN, e ODTR11.

29. Seguros

A Companhia mantém seguros de risco de engenharia, riscos operacionais, responsabilidade civil, seguros de veículos e seguros garantia para garantir uma efetiva cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades e o pontual cumprimento das obrigações decorrentes do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta as seguintes apólices de seguros contratadas com terceiros:

Modalidade	Cobertura
Seguro de Veículo	(*)
Garantia de Concessões Públicas	200.053
Seguro Garantia Judicial	2.923
Risco operacional	400.000
Responsabilidade Civil	132.800
Equipamentos Móveis	608
Risco de Engenharia	323.683

(*) 100% a 110% da Tabela FIPE.

30. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por lote de mil ações é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas.

	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018
Lucro (prejuízo) do exercício	30.505	13.918
Quantidade média ponderada de ações (milhares)	556.799	556.799
Lucro (prejuízo) básico por lote de mil ações	54,79	25,00

(a) Diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações ou opções de compra de ações, desta forma, não apresenta ações ordinárias e preferências potenciais para fins de diluição.

* * *

Comentário Sobre O Comportamento Das Projeções Empresariais

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Em observância ao disposto no Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2019 e conforme fato relevante divulgado em 29 de agosto de 2019, os administradores da Companhia optaram por descontinuar a divulgação de projeções financeiras, tendo em vista a necessidade de alinhamento de sua política de divulgação de projeções financeiras com os procedimentos adotados por seus auditores independentes e demais consultores e intermediários no contexto de ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários de emissão da Companhia no Brasil.

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária Rota das Bandeiras S.A.

Itatiba – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rota das Bandeiras S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.5, a Companhia procedeu reclassificação de determinados valores, anteriormente classificados na rubrica de ativo intangível, para rubrica de ativos de contrato, ambos no Ativo não Circulante, visando permitir comparabilidade e adequar a contabilização de determinadas obras em andamento ao CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente e ICPC 01 – Contrato de Concessão. Como consequência, os valores correspondentes das rubricas de intangível e ativo de contrato, classificados no Ativo não circulante, foram reclassificados entre as referidas rubricas, conforme determina os pronunciamentos técnicos CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade. Nossa opinião não contém ressalva em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (“PAA”) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA

Conforme apresentado na Nota Explicativa nº 2.2, item i (i) às demonstrações contábeis, a Companhia reconhece o ativo intangível referente aos gastos de recuperação, construções e melhorias realizados no trecho rodoviário sob Concessão, em atendimento à interpretação técnica ICPC 01. Esses gastos são realizados principalmente para a construção da infraestrutura em atendimento ao Contrato de Concessão. A adição desses gastos realizados no ativo intangível repercute também na apuração do custo de construção e, conseqüentemente, na determinação da receita de construção, conforme Nota Explicativa nº 2.2, (ii) às demonstrações contábeis. O registro indevido de ativos no intangível relacionado à concessão pode apresentar risco significativo de distorções materiais nas demonstrações contábeis, como erros nos valores que seriam elegíveis a serem capitalizados e a suas respectivas amortizações. A apresentação sobre o ativo intangível é realizada nas Notas Explicativas no 11 e no 13 das demonstrações contábeis e os efeitos do reconhecimento de receitas e custos de construção são apresentados nas Notas Explicativas no 22 e no 23 das demonstrações contábeis, respectivamente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Avaliamos os controles internos implementados pela Administração para o reconhecimento inicial dos valores registrados no ativo intangível e sua respectiva amortização, bem como realizamos procedimentos substantivos de testes documentais, em base de amostragem, para avaliação da natureza e dos valores capitalizados como ativo intangível. Com referência às adições dos itens registrados no ativo intangível, utilizamos o método de seleção estatística através do razão contábil da conta do ativo intangível para realização dos testes substantivos para evidencição da integridade do custo registrado e realizamos testes de recálculo da amortização. Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que os critérios para capitalização e amortização do ativo intangível relacionado à concessão são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Passivo contingente – ágio na incorporação reversa

Motivo pelo qual o assunto foi tratado como PAA

Conforme Nota Explicativa nº 18 às demonstrações contábeis, a Companhia foi autuada pela Receita Federal do Brasil pela glosa da exclusão do ágio oriundo da incorporação reversa de parte do acervo cindido do seu antigo acionista controlador, nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL nos anos de 2013 a 2017. A Companhia protocolou impugnação aos autos de infração e realiza depósito judicial, conforme Nota Explicativa nº 10 das demonstrações contábeis, para discutir judicialmente o assunto. O valor do passivo contingente não está provisionado, considerando o risco de perda que foi classificado pela Administração como possível com base na avaliação dos seus assessores jurídicos. Considerando que os pronunciamentos judiciais existentes a respeito do tema ainda são escassos e insipientes, de modo a demonstrar uma tendência do Judiciário, notadamente diante da inexistência de decisões de Tribunais Superiores e da relevância dos valores envolvidos que podem distorcer as demonstrações contábeis, consideramos este como um dos principais assuntos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria para provisões e passivos contingentes incluíram, a análise por amostragem, da adequação da mensuração e reconhecimento da provisão e dos passivos contingentes, quanto às constituições, reversões, risco processual das causas de assuntos e valores relevantes, suficiência da provisão, bem como dados e informações históricas. Analisamos as mudanças na estimativa em relação a períodos anteriores. Analisamos os processos conduzidos pelos advogados terceirizados contratados pela Companhia, com base em procedimentos de confirmação externa. Avaliamos também se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis, descritas nas Notas Explicativas nº 18 e nº 10, estão de acordo com as regras aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores provisionados ou divulgados relativos aos principais processos em que a Companhia está envolvida. Especificamente os processos que envolvem as causas tributárias decorrentes das autuações da Receita Federal do Brasil quanto à glosa do ágio nas bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, envolvemos nossos especialistas na área tributária para avaliação dos argumentos legais e jurisprudenciais utilizados pelos assessores legais da Companhia na classificação do risco envolvido como perda possível nos referidos processos.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável o não provisionamento do passivo contingente referente aos autos de infração sobre o ágio decorrente da incorporação reversa, bem como as divulgações no contexto das demonstrações tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 26 de fevereiro de 2020.

Edinilson Attizani

CRC 1SP-293.919/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC 2SP-025.583/O-1

Pareceres E Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Não aplicável, em virtude da não instalação do Conselho Fiscal.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

Itatiba, 30 de março de 2020.

Douglas Longhi	Herbert Adriano Quirino dos Santos
Diretor - Presidente	Diretor-Administrativo, Financeiro e R.I.

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Pelo presente instrumento, o Diretor-Presidente e os demais Diretores Executivos da Concessionária Rota das Bandeiras S.A ("Concessionária"), sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rodovia Dom Pedro I, Km 110+400 s/n, Sítio da Moenda, Itatiba, inscrita no CNPJ 10.647.979/0001-48, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 declaram que:

(i) Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019, e

(ii) Reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Concessionária referente ao período findo em 31 de dezembro de 2019.

Itatiba, 30 de março de 2020.

Douglas Longhi

Herbert Adriano Quirino dos Santos

Diretor - Presidente

Diretor-Administrativo, Financeiro e R.I.